



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Concordo com a proposta de abertura do
processo de classificação do Palácio
Galveias.
À consideração superior.
Paula Figueiredo

Atendendo a que a presente informação técnica
é da responsabilidade do signatário, coloca-se
à decisão superior a abertura do procedimento
de classificação, com uma graduação nacional,
do Palácio Távora-Galveias e respetivo jardim,
em Lisboa.

Paulo Lebre Duarte
Diretor do Departamento dos Bens Culturais
26.04.2025

*Em concordância com o proposto,
determino a abertura do procedimento
de classificação de âmbito nacional,
12.05.2025*

Assinado por: **PAULO TAVARES LEBRE DIAS
DUARTE**
Num. de Identificação: 05536512
Data: 2025.04.26 14:26:42+01'00'

João Soalheiro
Presidente
Património Cultural, I.P.

INFORMAÇÃO: 7459/DICA/2024

DATA: 26.02.2024

PROCESSO: DICA/2023/11-06/20/CL/940 CS - 262635

ASSUNTO: Proposta de abertura do procedimento de classificação do "Palácio Távora-Galveias e respetivo jardim", originalmente Quinta dos Távoras, na Praça do Campo Pequeno, na Rua Arco do Cego e na Avenida Barbosa du Bocage, Lisboa, freguesia das Avenidas Novas, concelho e distrito de Lisboa.

1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- **Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro** (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural), nomeadamente o disposto nos artigos 17.º (Critérios genéricos de apreciação), 43.º (Zonas de proteção), 44.º (Defesa da qualidade ambiental e paisagística) e 52.º (Contexto).
- **Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro**, (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda), nomeadamente o disposto no artigo 21.º (Interesse cultural).
- **Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho** (estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal), que introduz um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURA 2 – Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação. Vista aérea da Praça do Campo Pequeno com o Palácio Távora-Galveias na esquina sudeste da praça [FONTE: DGPC].

3. ANÁLISE

A presente informação resulta da solicitação da chefe de divisão da DICA, Doutora Paula Figueiredo, por se verificar, com alguma estranheza, que o Palácio Galveias não possui qualquer classificação patrimonial, quer municipal, quer de âmbito nacional.

Foi efetuada uma visita ao imóvel, no dia 26.06.2023, no sentido de verificar a sua situação atual e efetuar o respetivo levantamento fotográfico.

Iniciado o seu estudo, rapidamente se verificou que as fontes escritas são relativamente escassas, especialmente no que respeita às origens da quinta, o que levanta naturais dificuldades na sua interpretação tipológica e, consequentemente, nas vertentes paisagística, arquitetónica e artística. Ainda assim, a tese de mestrado em arquitetura apresentada ao IST, em 2020, intitulada “Palácio Galveias – Evolução de uma Casa Nobre”, apresentada por Maria Inês Simões do Paço Andrade, veio facilitar muito a investigação.

Analisado o assunto da sua evolução temporal, permite-nos afirmar, desde logo, que uma eventual classificação do Palácio Galveias apresenta, à partida, duas dificuldades:

A primeira prende-se com o facto de ser, na origem, uma quinta de recreio, realidade que hoje já não se verifica, uma vez que apenas subsiste o corpo do palácio e uma pequena franja de terreno, que respeitaria ao antigo jardim formal (no todo ou em parte), já desaparecido.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

A segunda respeita ao facto do próprio palácio ter passado por muitas vicissitudes, que o descaracterizaram funcionalmente, ao ponto de hoje já não ser possível reconstituir, com um mínimo de fidelidade, o seu programa habitacional. Realidade que é extensível ao seu espólio, quer no que respeita ao mobiliário, quer aos materiais aparentes, sejam estes artísticos ou funcionais.



FIGURA 3 – Vista do alçado principal do Palácio Galveias em meados do século XX, no Largo Dr. Afonso Pena, atual Praça do Campo Pequeno [Foto de Mário Novais, s/d, Biblioteca de Arte, Fundação Calouste Gulbenkian].

Este raciocínio aparece expresso, com apurado sentido de síntese, logo na introdução da tese de Maria Inês Andrade: «O Palácio Galveias (...) pertencia a um alargado conjunto de terrenos que constituam a Quinta dos Távora. Apesar de, anteriormente, desfrutar de um enquadramento caracterizado pela ruralidade dos subúrbios, encontramo-lo agora despoticamente isolado do seu contexto e amplamente alterado no seu interior, permanecendo essencialmente a sua imagem global e exterior pela formalidade e preponderância da sua linguagem arquitetónica.»¹

Assim, interessa perguntar se face a esta realidade, a classificação do Palácio Galveias, com uma graduação nacional, fará sentido. É em resposta a essa questão que procedemos à sua análise histórica e cultural.

¹ Maria Inês Simões do Paço Andrade, *Palácio Galveias – Evolução de uma Casa Nobre*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada ao IST, 2020, p. iii.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

4. CRONOLOGIA²

- Século XVII (meados) – O palácio da Quinta do Campo Grande foi, com grande probabilidade, mandado construir por António Luís de Távora (c. 1600-1651) ou pelo seu filho Luís Álvares de Távora (1634-1672). Em 1672 a quinta já existia, data do falecimento do 1.º Marquês de Pombal, Luís Álvares de Távora³.
- 1755 – A família Távora passa a residir de forma permanente no palácio, o que terá implicado obras, nomeadamente nas coberturas, face à destruição do seu palácio na Rua da Boa-Viagem (ao Chiado), em consequência do Terramoto.
- 1759 – Destituição da família Távora, em virtude da acusação de regicídio, o que levou ao abandono do palácio.
- 1767 – O Juízo da Inconfidência conservou o Palácio e a Quinta como bens da Coroa até 1767, ano em que promoveu a sua venda a António Soares de Mendonça Brandão.
- 1802 – A quinta foi adquirida, em hasta pública, por D. João de Almeida de Melo e Castro, 5.º Conde de Galveias, de onde tomou o palácio a designação de Galveias. «O palácio recebeu então restauros e beneficiações.»⁴
- 1814 – Faleceu D. João de Almeida, tendo herdado a propriedade seu irmão, D. Francisco de Almeida, 6.º Conde de Galveias e, sucessivamente, D. António e D. Fernando, 7.º e 8.º condes. Deste passou o palácio para sua filha D. Teresa Lobo de Almada de Melo e Castro e suas irmãs, que a legaram a sua sobrinha, D. Catarina, filha de D. Teresa. [Araújo, 1947, 11]
- 1919 (dezembro) – Os herdeiros da família Almeida de Melo e Castro (D. Catarina) vendem a quinta a José Braz Simões (Empresa Simões & Simões), encontrando-se o palácio muito degradado e em situação de abandono.
- 1924 a 1928 – Longo processo de negociação entre o proprietário (Empresa Simões e Simões, Lda.) e a Câmara Municipal de Lisboa, no sentido da aquisição do velho palácio em troca de uma alteração ao Plano das Avenidas Novas (1889), de modo a permitir o prolongamento da Avenida Barbosa du Bocage, reduzindo, em consequência, a propriedade a sensivelmente metade da sua dimensão, e que resultou naquilo que hoje podemos observar.

² Referências retiradas de Maria Inês Andrade, de Norberto Araújo e do SIPA (Ref.º IPA.19787).

³ «Ao inteirarmo-nos dos acontecimentos históricos que marcaram a época, surgem duas datas que representam um forte incentivo à construção do Palácio e da Quinta. São elas 1640, quando é instaurada a independência de Portugal, e 1668, quando, finalmente, 28 anos depois terminam os conflitos com a vizinha Espanha. Ora, se a primeira data é já um forte indicador, a segunda reforça ainda mais essa possibilidade, por refletir uma predisposição mais livre e promissora do país e, consequentemente, da nobreza. Como o autor Luiz de Bivar Guerra nos indica na obra já citada [*Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*], Luís de Távora falece no Palácio em 1672. Assim, o período de que se fala está compreendido entre 1640 e 1672 (ou ainda, de forma mais arriscada, entre 1668 e 1672).» [Andrade, 2020, 32]

⁴ Norberto de Araújo [1947] – *Inventário de Lisboa*, Fascículo V, C.M.L., p. 11.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

- 1929 a 1931 – Realização de obras de resgate do palácio, por parte do município, por proposta do vereador Quirino da Fonseca, tendo em vista instalar o Arquivo, Biblioteca e Museu Municipal⁶. Nesta intervenção foram aplicados silhares de azulejos do séc. XVII, oriundos do muro do jardim do antigo convento do Quelhas, e lambris azulejares contemporâneos da autoria de Leopoldo Battistini. São construídos dois pequenos anexos (ainda hoje existentes) junto à nova delimitação a poente, no caminho lateral de acesso ao logradouro.
- 1942 – O Museu Municipal é transferido para o Palácio da Mitra, em Marvila, e o Palácio Galveias passa a funcionar como Biblioteca (Piso 0), Sala de Conferências, Jantares e Exposições (Piso 1)⁷.
- 1949 – Obras de reparação e conservação, a cargo do arquiteto Vasco Regaleira.
- 1957 – Obras de requalificação, nomeadamente reformulação das redes de água, esgotos e eletricidade e pavimentos em betão armado na ala poente.
- 2008 – Construção de novo portão, no muro de tardoz, com acesso pela Avenida Barbosa du Bocage.
- 2009 – Construção de um quiosque na zona poente do jardim.
- 2012 / 2013 – Concurso público, por convites a dez gabinetes de arquitetura, para a realização de projeto de reabilitação, beneficiação e reorganização da Biblioteca Municipal Central. Foram apuradas cinco propostas, tendo o concurso sido ganho pelo gabinete João Lúcio Lopes Arquitetos (JLLA).
- 2013 / 2017 – Realização da obra e inauguração da Biblioteca Municipal Central do Palácio Galveias.
- 2017 / 2024 – O edifício funciona como Biblioteca Municipal Central, da Câmara Municipal de Lisboa.

5. A QUINTA DE RECREIO OU DE VILEGIATURA

As quintas de recreio ou de vilegiatura situavam-se, por norma, nos termos das grandes urbes, e tiveram em Portugal significativo desenvolvimento a partir do século XVI⁷, por influência da cultura renascentista italiana⁸, cruzada com a tradição autóctone, seja pelos exemplos da civilização árabe (Península Ibérica e Marrocos), seja pela tradição medieval, nas suas vertentes conventual e palaciana, a que se somou o fascínio exercido

⁶ «Essencialmente, foi no interior que ocorreu a maioria das intervenções, pelo menos aquelas que mais o transformaram. O piso térreo ficou reservado à Biblioteca, enquanto o Museu ocupou o piso nobre. O arquivo deveria ter lugar no segundo andar da ala poente.» [Andrade, 2020, 47]

⁷ A tese de mestrado de Maria Inês Andrade, que consta do presente processo, apresenta, no Anexo 5, um quadro pormenorizado das intervenções realizadas no palácio entre 1949 e 1989.

⁸ «Se, na sua origem, as quintas são um espaço exclusivamente de produção, a partir do momento em que passaram das mãos dos lavradores para as das classes sociais que não trabalhavam a terra – e esta mudança ocorreu logo após a Reconquista – as quintas adquirem uma outra vertente para além de agrícola, são lugar de evasão, ainda que de uma forma letárgica, nos primeiros tempos, vindo só a despertar para essa outra componente, quando o ambiente cultural e económico do século XVI, o proporcionou.», Aurora da Conceição Parreira Carapinha [1995] – *Da essência do jardim português*, Universidade de Évora, Tese de Doutoramento, Vol. I, p. 192.

⁹ Que a herdou da civilização romana, nomeadamente pelas luxuosas residências (*villae*) da classe possidente que rodeavam a urbe de Roma, com os seus frondosos jardins, no tempo do Império.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

pelo exotismo dos jardins do Oriente (de influência persa), fruto das viagens marítimas entretanto realizadas pelos portugueses.

As quintas de recreio associavam a função de lazer com as atividades produtivas, cuja preponderância de uma ou de outra variava, em certa medida, com a distância ao centro urbano⁹. A razão da sua existência prendia-se com a necessidade dos seus proprietários, altos dignatários e gente abastada, poderem recolher-se ao fim de uma jornada, em ocasiões particulares ou, especialmente, na estação estival, para aí gozarem as delícias da natureza e acompanharem as tarefas agrícolas, como escape da agitada, ruidosa, imunda e perigosa urbe. A estas razões de princípio, acrescentam-se as circunstanciais, no caso de ocorrência de epidemias, rebeliões populares e conflitos de interesses que aconselhavam uma retirada estratégica, como ocorreu, por exemplo, com o período da monarquia dualista da governação filipina ou com a governação despótica do Marquês de Pombal.

A quinta de recreio era um complexo que apresentava, para além da casa principal, outras estruturas edificadas secundárias (cavalariça, celeiro, adega, lagar, etc.) e diversas componentes como o jardim formal, o pomar, a horta e a mata, que obrigavam à construção de infraestruturas de recreio e funcionais de apoio¹⁰. E sobre todas elas se sobrepunham razões fundacionais, de que a mais importante, por determinante, era a questão da água (sua captação, armazenamento e distribuição), sem a qual, simplesmente, as quintas não teriam lugar. Questões como a rede de caminhos, a orientação solar, a proteção dos ventos dominantes e o sistema de vistas eram igualmente importantes na conceção do conjunto.

Para terminar este breve apontamento sobre as quintas de recreio, referimos, à laia de reflexão, que estas eram, pelo menos até ao início do século XX, um elemento estruturante da paisagem portuguesa¹¹,

⁹ «Podem dividir-se em dois géneros, conforme a proximidade do centro urbano – as suburbanas e as rurais – se bem que a essa divisão não correspondam tipos arquitectónicos ou uma utilização específica. (...) As quintas mais próximas caracterizavam-se apenas por permitirem aos habitantes desempenhar as suas funções cívicas e voltarem a casa ao fim da tarde para gozar o crepúsculo e as brisas do Tejo sentados nas varandas ou terraços. (...) Dentro das francamente rurais convém referir aquelas que praticamente não eram usufruídas pelos seus donos, como as que estavam arrendadas e as que, enquanto edifício, apenas serviam de entreposto para o recebimento das rendas através de visita periódica do proprietário ou seu representante.», João Vieira Caldas [1999] – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. Porto: FAUP Publicações, p. 35.

¹⁰ «A quinta de recreio surge-nos como um todo organizado: mata, edifícios, horto de recreio, pomar / horta. É um lugar versátil, onde recreio e produção compartilham o mesmo espaço, invadindo-se mutuamente, estabelecendo relações formais e funcionais. São espaços bucólicos, onde, em áreas confinadas à produção, pontuam elementos arquitectónicos, escultóricos que definem agradáveis locais de estadia, em que, sombra, luz, água, aromas e sons se conjugam para criar uma ambiência peculiar. Os locais de recreio são miradouros sobre as áreas de produção e, frequentemente colonizam infra-estruturas funcionais. Caleiras e tanques, revestidos de azulejos plenos de côr, são elementos de ligação e pólos aglutinadores, decorativos e refrescantes entre o recreio e a produção.» [Carapinha, 1995, 23]

¹¹ Em conjunto com os conventos e mosteiros, determinavam a rede de caminhos na envolvente das urbes.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

especialmente, como referimos, nas imediações dos grandes centros urbanos^{12/13}. O que antes foi estruturante e, como tal, vulgar, tornou-se nos nossos dias raro e, mesmo, excecional. As razões são certamente múltiplas, mas, entre as principais, estão certamente as expansões urbanas descontroladas ocorridas desde os anos 60 / 70 do século XX, a fragilidade que lhes advém da sua natureza constituinte e, causa e consequência, o relativo desinteresse a que (ainda) são votadas pelos agentes públicos.

6. ENQUADRAMENTO SOCIO-POLÍTICO NA ÉPOCA DA RESTAURAÇÃO

«Para enquadrar a produção arquitectónica [pós 1º de Dezembro de 1640], importa analisar os comportamentos do clero e da nobreza enquanto encomendadores. Para enquadrar a produção arquitectónica desta época, julgamos ser necessário distinguir dois grandes tipos de posicionamento face à nova realidade política: os que estavam demasiado conotados com a casa real espanhola e apoiavam a sua legitimidade no trono de Portugal e os que tomaram parte activa no golpe de estado e nas Guerras da Aclamação. Enquanto os primeiros se esforçaram por apagar as fidelidades anteriores, aos segundos importava alardear o mais possível o seu protagonismo e participação na consolidação da mudança. Como seria de esperar, estas motivações constituíram-se excelentes estímulos para a realização de grandes empreendimentos. Os que se posicionaram no segundo grupo não se coibiram de exibir referências óbvias à sua participação activa nas batalhas da Restauração, em particular na ornamentação dos portais e na decoração dos interiores. Para os portais, o exemplo mais expressivo encontra-se no Palácio dos marqueses de Távora (na quinta que possuíam ao Campo Pequeno) mas as demonstrações mais sugestivas encontram-se registadas em lambrins de azulejos como os que revestem uma das salas de aparato do Palácio dos marqueses de Fronteira, em Benfica (...) Assim, de entre os palácios urbanos totalmente reedificados ou objecto de grandes obras de beneficiação a partir da segunda metade do século XVII podemos citar: (...) aos quais poderíamos acrescentar os palácios edificados nos arredores de Lisboa como a quinta dos marqueses de Távora ao Campo Pequeno, conhecida por Palácio Galveias e à qual já fizemos breve referência a propósito da sua planta mas que contém inúmeros pontos de interesse em termos de pormenores arquitectónicos (como no desenho do portal, onde são óbvias as alusões à Fama Militar da família, no coroamento das janelas do pátio de honra com grandes leques de penas passados à pedra, na escadaria nobre em dois lances curvos e simétricos, decorada com lambrins em mármore embrechados nas cores «tradicionais», o vermelho, o branco e o preto.»¹⁴

¹² No *Inventário de Arte Paisagista em Portugal*, realizado por Aurora Carapinha em 1986, foram inventariados no território português (a partir de fontes escritas) 1117 elementos pertencentes a dez tipologias, sendo que as Quintas de Recreio correspondiam a aproximadamente 49% das existências. [Carapinha, 1995, 21]

¹³ «Se o movimento literário do humanismo foi o grande promotor da cultura das quintas de recreio – que a partir dos meados do século XVI, só no termo de Lisboa, se contavam por seiscentas e no século seguinte, segundo Manuel Severim de Faria, eram em número de duas mil e que se tornaram sinal de luxo, durante o século XVII (...)» [Carapinha, 1995, 194].

¹⁴ Leonor Ferrão – «Lisboa Barroca, Da Restauração ao Terramoto de 1755. Desenvolvimento urbanístico. Os palácios e os conventos», in *O Livro de Lisboa, Irisalva Molta (Coordenação)* [1994], p. 255.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

«No caso da habitação senhorial um facto vai permitir a construção de grandes edifícios, sobretudo na região de Lisboa, estabelecendo novas coordenadas para a arquitectura doméstica.

Recuperada a nacionalidade e muito especialmente após 1655, a fortuna das armas faz pender a vitória para Portugal restaurado, reconstituindo-se a corte em Lisboa. Com ela, uma aristocracia que lutara pela independência volta a recuperar o seu poder perdido na batalha de Alcácer Quibir. As novas necessidades económicas e políticas para a reconstrução do país criam postos administrativos, militares e diplomáticos atribuídos aos apoiantes de D. João IV. Porém, enquanto o apoio de D. João I no início da dinastia de Avis se constitui sobretudo por uma burguesia de comerciantes e letrados elevados a uma nova condição de nobreza, a aristocracia da Restauração aparece-nos perfeitamente dominada pelas ideias duma igreja ortodoxa e dogmática. Aos tempos de efervescência cultural em que os infantes se rodeiam de cientistas e em que chefes como D. João de Castro se revelam matemáticos, sucede uma elite de nível cultural débil incapaz de elaborar uma contraproposta ao desenvolvimento do capitalismo de estado europeu e aos seus padrões estéticos.»¹⁵

7. A QUINTA DE RECREIO DOS TÁVORA

7.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA QUINTA ATÉ AO SEU DESAPARECIMENTO

«Sobre a história e evolução da Quinta dos Távora pouco se conhece. Sabe-se que, desde que foi construída até aos dias de hoje, ficou reduzida apenas à habitação principal – hoje conhecida como Palácio Galveias – e a parte do jardim, tornando-se num edifício isolado, integrado no tecido da cidade, mas desenquadrado do seu contexto original.» [Andrade, 2020, 4]

«O Palácio Galveias, também conhecido por Palácio Távora-Galveias, foi mandado construir por um elemento da família Távora como casa de campo e dispunha de uma vasta área que se alongava nas direções sul e oeste, correspondendo, na altura, a, aproximadamente, 14 vezes a área que ocupa hoje (se incluirmos o jardim). Pressupõe-se que, à semelhança de outras quintas nos arredores de Lisboa, integrasse para além do jardim formal, pomar, horta e mata. (...) Apesar de a Quinta e Palácio terem sido mandados construir por um dos elementos da família Távora, o conhecido *Processo dos Távora* introduz o rumo que esta propriedade tomou quando, em 1759, a família foi acusada de tentativa de assassinio do rei D. José I e, juntamente com a supressão provisória do apelido, todos os seus títulos e bens confiscados pela Coroa.» [Andrade, 2020, 10-11].

Ao procurarmos informação sobre a antiga Quinta / Palácio Távora-Galveias, constatamos que esta é escassa, quer no que respeita à temática das quintas de recreio, quer à temática dos palácios urbanos. A explicação de tal realidade não estará, quanto a nós, na sua importância cultural de origem, mas, antes, na sua atribulada história, amaldiçoada pelo nome dos seus patronos de origem. Enquanto quinta de recreio, sobreviveu, como propriedade, até ao início do século XX, quando se executa o plano das Avenidas Novas¹⁶, que levou à

¹⁵ Helder Carita e António Homem Cardoso [1987] – *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*. Edição de autores, pp. 87 e 88.

¹⁶ O "Plano das Avenidas Novas", da responsabilidade da Comissão Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, liderada pelo Engenheiro Frederico Ressano Garcia, que se seguiu ao "Plano da Avenida da Liberdade", foi subdividido, por razões de

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

expropriação da quinta e reduziu a propriedade à expressão que hoje apresenta. Ficaram apenas alguns poucos registos desenhados daquilo que terá sido a propriedade na transição do século XVIII para o século XIX. Daí advém a falta de referências e, consequentemente, o não poder ser referenciada como exemplo. Subsistindo a residência, entretanto elevada à categoria de palácio, pela sua novel situação urbana, a história volta a ser madrastra, pois desde o início do século XX que foi abandonado à sua sorte¹⁷, sofrendo adulterações significativas ao nível dos seus interiores, a que se somou a intervenção de resgate, nos anos 30 do século XX, quando se entendeu, de acordo com os valores culturais da época, atribuir-lhe outros programas, que não o residencial de origem, funcionando como tribunal, arquivo, biblioteca e centro de exposições que, segundo os responsáveis, o valorizariam mas que, assim, desvirtuado tipologicamente, não pôde, mais uma vez, servir como referência / modelo de uma residência nobre seiscentista.

É nesta perspetiva de entendimento que o antigo Palácio Távora-Galveias deve, nos nossos dias, ser lido, aceite e valorizado. Isto é, como tantos outros bens imóveis de valor cultural que, com o devir temporal viveram, com maior ou menor fortuna, de servir outros propósitos funcionais, e que conseguiram manter, em maior ou menor medida, as marcas da sua identidade.

A quinta, e respetiva casa, foi construída em meados do século XVII, e que essa conjuntura foi particularmente atribulada, pela ocorrência da revolta e consequente Guerra da Restauração (1640 – 1668), o que parece indiciar que a sua construção deverá ter ocorrido, com maior probabilidade, no final do terceiro quartel, sendo certo, como atrás se referiu, que já existia em 1672, data do falecimento do 1.º Marquês de Távora, Luís Álvares de Távora, que ali ocorreu.

A carta topográfica de Duarte José Fava (Figura 4) mostra como no início do século XIX a quinta ainda se encontrava afastada da cidade densamente construída, num ambiente rural pontuado por inúmeras quintas, que estruturavam o território por razões de proximidade à cidade, topografia favorável, qualidade agrícola dos terrenos e abundância de água.

A quinta dos Távoras implanta-se numa planície (zona de depressão com sistema húmido) envolvida por uma sequência de elevações (cabeços), especialmente no quadrante sul, de que são exemplos o Alto da Cova da Onça, o Alto das Picoas, o Alto do Castilho e o Alto da Quinta do Barão de Manique, etc.¹⁸. Desconhecemos se a escolha daquele local para estabelecer a quinta se deveu a herança ou aquisição. Certo é que, desde muito cedo, se revelou um local estratégico pela existência de um amplo terreiro (Campo Pequeno), progressivamente lugar de encontros (picadeiro, touradas, paradas militares e feiras) e na confluência de uma

ordem operacional, em duas partes: 1.º "Projeto das ruas adjacentes ao futuro parque da Liberdade" e 2.º "Avenida das Picoas ao Campo Grande", de 1888 e cujas obras na envolvente do Campo Pequeno se prolongaram até ao final da segunda década do século XX. Sobre o assunto ver Raquel Henriques da Silva, *As Avenidas Novas 1910 – 1930*, Tese de Mestrado, 1985, nomeadamente p. 31.

¹⁷ A empresa de construção Simões & Simões, Lda. adquiriu a quinta nessa época com o (único) intuito de proceder à sua urbanização.

¹⁸ Ver Figura 5.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

das principais vias de saída / acesso à cidade (Estrada de Picoas ou Estrada do Campo Pequeno, em direção ao Lumiar).



FIGURA 4 – Excerto da “Carta topografica da cidade de Lisboa, e bairro de Belem, até á bateria do Bom Successo / levantada no ano de 1807 debaixo da direcção do capitão engenheiro Duarte José Fava”. O círculo encarnado assinala a Quinta de D. João de Almeida, 5.º Conde de Galveias [FONTE: *Portugal em vésperas das Invasões Francesas – Conhecimento Geográfico e Configurações*, Exposição Comemorativa do 75.º Aniversário do Instituto Geográfico do Exército, p. 49].

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

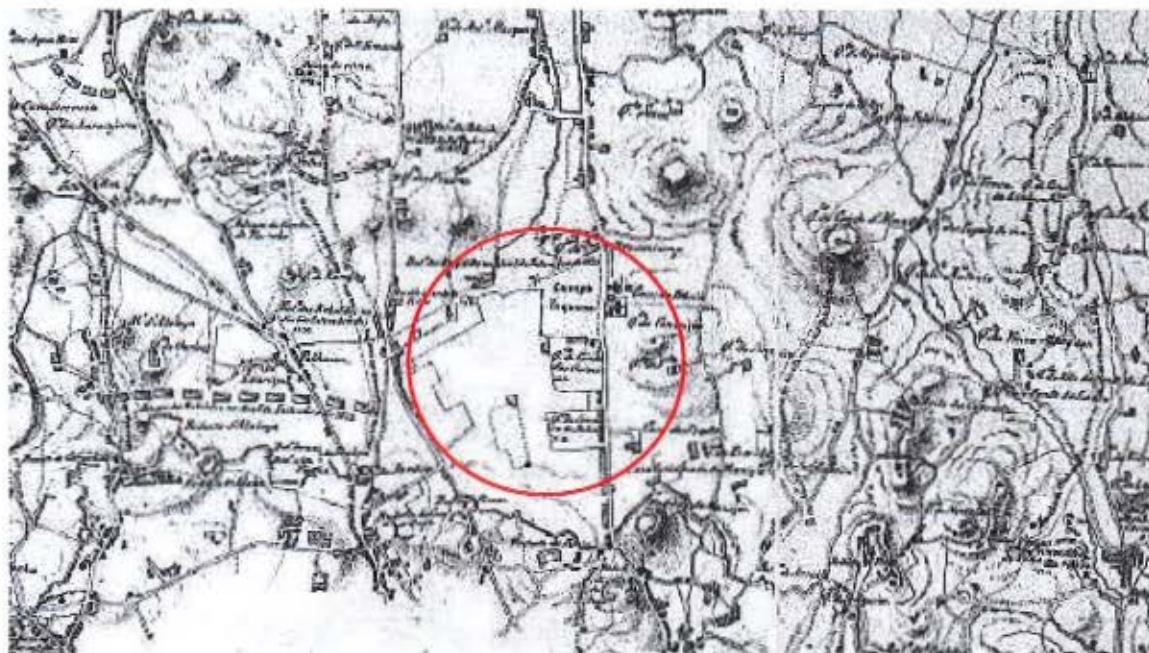


FIGURA 5 – Pormenor da “Carta Topographica da Linha de defesa da Cidade de Lisboa”, 1837. O círculo encarnado assinala o Quinta dos Condes de Galveias [FONTE: Atlas de Lisboa, A Cidade no Espaço e no Tempo, CML, p. 86].



FIGURA 6 – «Pormenor da gravura “Quinta das Galveias com o picadeiro”, 1838. Fotografia do Estúdio Mário Novais, AML/Fotográfico» [Andrade, 2020, 24].

A figura 6 representa a Quinta dos Condes de Galveias na primeira metade do século XIX, com a envolvente rural pontuada por quintas. Pode ver-se, em plano adiantado face ao palácio, o corpo longilíneo das cavalariças (com dois pisos, sendo, eventualmente, o superior para o pessoal) e o picadeiro fronteiro (o “campo pequeno”)¹⁹. A gravura mostra ainda como o Campo Pequeno era um espaço compartimentado, o mesmo

¹⁹ «A arquitetura aparentemente menos cuidada e a implantação que se destaca relativamente à do Palácio sugere que a sua construção seja posterior à deste. O corpo é facilmente identificável em toda a cartografia entre o início do século XIX e 1908. (...)»



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

acontecendo com a quinta. O palácio apresenta o corpo central com uma cobertura individual de duas águas disposta transversalmente e munida de generosa chaminé, que pode indiciar a localização da cozinha, entretanto desaparecida. O espaço situado entre o palácio e as cavalariças apresentava densa arborização.

A Casa da Quinta / Palácio vira a fachada principal ao Campo Pequeno (picadeiro) e à Estrada de Picoas, permitindo a aproximação frontal à fachada principal, em coerência com a sua conceção tipológica.

Quanto à dimensão / configuração da quinta, na sua evolução através do tempo, Maria Inês Andrade procura na sua tese, através da interpretação da documentação (escrita e desenhada) a que teve acesso, evidenciar a sua evolução, concluindo que se podem então identificar **quatro fases distintas na alteração dos limites da Quinta**:

- a primeira equivale ao terreno atravessado pela Rua Arco do Cego²⁰ [Figura 6];
- a segunda, reconhecível até às primeiras décadas do século XX, corresponde à geometria quadrangular recortada a sudoeste [Figuras 7, 8 e 9];
- a terceira aparenta ter cerca de metade da dimensão [Figuras 10, 11 e 12], até por volta de 1929;
- por fim, uma quarta que corresponde à área actual onde está implantado o Palácio e um pequeno jardim nas traseiras [Figura 17]. [Andrade, 2020, 17]

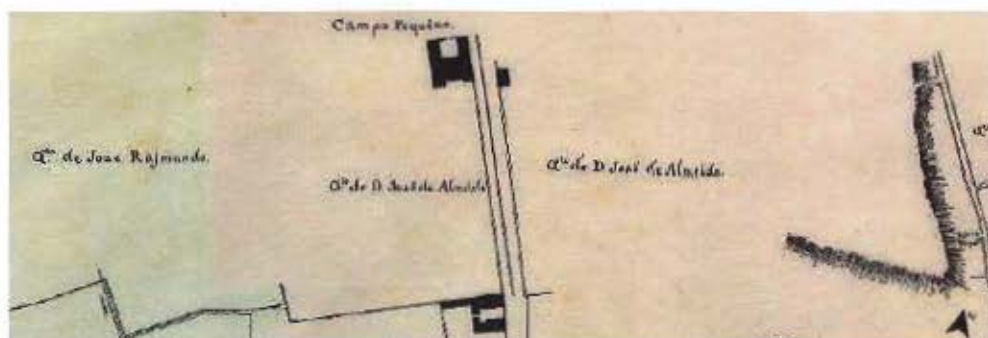


FIGURA 7 – «Pormenor do "Borrão de campo da linha de defeza de Lisboa, desde a Penha atho S. Sebastião da Pedreira no anno de 1809" (escala não determinada)» [FONTE: DIC/GAEM. Cota: 6229-3-34-47]. [Andrade, 2020, 16].

Aliás, na escritura de 22 de janeiro de 1929 é atribuída à CML a responsabilidade de demolir o corpo anexo que fica de frente para o Largo Dr. Afonso Pena (atual Campo Pequeno) e que podemos presumir tratar-se do mesmo edifício.» [Andrade, 2021, 24]

²⁰ Na origem, de acordo com esta carta e com a descrição da quinta, esta estender-se-ia para nascente, para além da Estrada de Picoas: «Huma quinta que consta de terras de pão com a sua orte e dous possos de nora com hum só tanque toda murada em roda e dentro della suas parreiras e algumas arvores de fruta de caroço com humas cazas nobres com hum pateo de entrada com cavalariças e cocheyras e outras oficinas e outrossim hua terra defronte da dita quinta da outra parte da estrada murada em roda que levará de sementeira vinte e dous alqueyres de trigo tudo no sitio de campo pequeno.» Luiz de Bivar Guerra [1954] – *Inventários e Sequestros das casas de Távora e Atouguia em 1759*, Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, pp. 164, 308. [Andrade, 2020, 13]

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURA 8 – «Pormenor da «Carta topografica da cidade de Lisboa e bairro de Belem até à bateria do Bom Sucesso», c. 1827, escala aproximada 1:5000, Luis António Melo, DGE/GAEM. Cota: 2304-2-16-22.» [Andrade, 2020, 17].



FIGURA 9 – Excerto da carta de Duarte José Fava, de 1807, que mostra no arrabalde a norte da cidade o Campo Pequeno e a Quinta de D. João de Almeida (5.º Conde do Galveas), delimitada pela Rua do Campo Pequeno [FONTE: CML, Lisboa Interativa].

É de assinalar o facto de diversas cartas do início do século XIX representarem o palácio com uma planta em H e, posteriormente, em U. Este facto pode, na verdade, resultar de uma imprecisão de representação, mas não deixa de ser estranho face ao rigor de desenho que as diversas cartas apresentam. Sabendo que a sala do piso térreo virada ao jardim, a balaustrada da respetiva varanda e algumas cantarias dos vãos resultam das obras realizadas no século XX, assim como a disposição pouco harmoniosa das portas de acesso ao jardim encostadas às pilastras, as paredes com menor espessura no piso superior, os vãos sem emolduramento, a que se soma o facto do vão central, no eixo axial, se apresentar de peito (e não de sacada, como se impunha numa composição erudita de cariz clássico), leva a que coloquemos a hipótese de este corpo ser uma adição

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

ao original²¹. A estes indícios sobrepõe-se uma outra razão. A cobertura da sala do piso térreo sem apoios, devido à largura generosa que apresenta – hoje com uma estrutura de betão armado e dois pilares centrais –, não seria possível com uma estrutura de madeira ou de pedra, sem recorrer a um sistema de asnas ou em abóbada, o que interferiria com os vãos do piso superior e não seria admissível em termos de composição arquitetónica de filiação classicista.



FIGURA 10 – «Quinta do Conde de Galveias, carta "Lisboa Oriental", 1919 (aumentada à escala 1:15000), Estado-Maior do Exército, des. F. Guimarães, CIGeoE. Código de Referência: BIHA-G2/4 (folha 6)» [Andrade, 2020, 21].



FIGURA 11 – Pormenor que evidencia a Praça do Campo Pequeno (antes da construção da praça de touros) e o Palácio Távora-Galveias, incluído no estudo 'Planta Geral da zona da Avenida das Picoas ao Campo Grande e ruas adjacentes', 1888, AMI.-AE [FONTE: *Do Saldanha ao Campo Grande - Os originais do Arquivo Municipal de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp. 20-21].

O Plano das Avenidas Novas, com o projeto de 'expropriação por zonas', de 1889, não previa o prolongamento da Avenida Barbosa du Bocage até à Rua do Arco do Cego (ver figura 10), o que permitiria manter uma área

²¹ «Ficamos a saber, através de um documento que faz uma breve descrição dos edifícios que o Presidente da República visitou a 5 de julho de 1931, que a fachada posterior do Palácio se encontrava parcialmente destruída e que foi necessário reconstruí-la recorrendo a um pavimento de cimento armado – possível explicação para que esta fachada se encontre mais descaracterizada que as restantes. (...) Também revela que "As próprias paredes mostras estavam fendidas e desaprumadas em alguns pontos, cerca de 0,20m, sendo corrigidas e aferrolhadas".» [Andrade, 2021, 48]

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

significativa da antiga quinta dos Távora-Galveias. No entanto, eventualmente, pelas dificuldades negociais entre o município (que pretendia adquirir o palácio face ao seu estado de abandono) e a empresa proprietária (que pretendia, obviamente, maximizar o lucro), esse prolongamento acabou por ser realizado, com manifesto prejuízo para o enquadramento e autenticidade da antiga quinta²².

O plano das Avenidas Novas respeitou e formalizou o carácter do ancestral terreiro do Campo Pequeno ao prever uma praça quadrangular de generosas dimensões para onde, na última década do século XIX, se projetou e construiu uma grandiosa praça de touros²³, à imagem da praça de touros de Madrid²⁴.

«Recuando no tempo, interessa realçar que este lugar era ainda um espaço predominantemente rural. O principal (e praticamente único) edifício que aqui existia era o Palácio Távora-Galveias, construído, "como casa de campo, na primeira metade do século XVII por um dos Távoras, talvez António Luís" (f. 1668). (...) O Campo Pequeno surge assinalado no mapa de Lisboa de 1807, de Duarte Fava (1772-1826) [Figura 9], que se refere ao Palácio Galveias como "Quinta de D. João de Almada"²⁵ [sic]. (...) Como podemos observar no "Levantamento" de Júlio Silva Pinto [Figura 14], poucas casas tinham sido construídas junto da Praça de Touros. O Campo Pequeno era ainda um espaço eminentemente rural, com várias quintas, onde, em termos de edificado, se destacava o Palácio Galveias, que na altura estava meio-arruinado, mas também a recente Fábrica de Cerâmica Lusitânia e algumas habitações dispersas.» [Silva e Elias, 2021, 47]

²² «Em 1924, inicia-se o agitado processo de expropriação à Firma Simões & Simões, Lda. De "parte da sua quinta denominada das Galveias ao Campo Pequeno, necessária para realizar a continuação da Avenida Defensores de Chaves até ao Largo Dr. Afonso Pena [depois Campo Pequeno], da Rua Elias Garcia até à Rua do Arco do Cego, da Rua Barbosa du Bocage até à Avenida Defensores de Chaves e para realizar o alargamento da Rua Elias Garcia e o Largo Afonso Pena, mais as faixas marginais até às três primeiras ruas com a profundidade de 50m, tudo em conformidade com o projecto das zonas aprovado por decreto de 4 de Outubro de 1889 (...). Segundo a mesma proposta, a Câmara aprovava também "o projecto da continuação da Rua Barbosa du Bocage (...) através dos terrenos da firma Simões & Simões não expropriada pelo projecto de zonas (...) e obtém "a área necessária para regularização dos alinhamentos do Largo Afonso Pena, conforme o citado decreto".» [Silva, 1985, 53]

²³ Projeto do arquiteto António José Dias da Silva (1848-1912).

²⁴ «É de sublinhar a escolha do Campo Pequeno para localização da nova praça de touros, que se inscrevia em antigas tradições e práticas continuadas, confirmando quanto, na cidade histórica, o presente se delinha numa cadeia imprecisa de longa duração. O Campo Pequeno era "desde há séculos (...) logradouro público" onde, no século XVIII, já se tinha construído uma praça de touros rudimentar e de madeira. As primeiras touradas no local realizaram-se em 1741; em 1760, fez-se uma corrida assistida pela família real. A mesma vocação é confirmada pela toponímia, pois "Campo Pequeno" era o recinto situado em frente do Palácio Galveias, terreno murado em que ficavam os touros posteriormente lidados na Praça de Santana.», Raquel Henriques da Silva e Margarida Elias, [2021] - «A Praça de Touros do Campo Pequeno nas Avenidas Novas de Lisboa», *Conservar Património*, n.º 37, ARP - Associação Profissional do Conservadores-Restauradores do Portugal, p. 46.

²⁵ D. João de Almada de Melo e Castro, 5.º Conde de Galveias.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

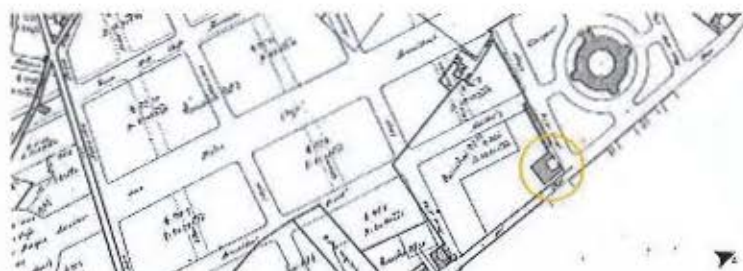


FIGURA 12 – «Pormenor da “Planta Geral dos Projectos das Zonas Reduzido na Escala 1/2500 com Indicações de todas as parcelas a expropriar na conformidade do decreto de 4 de outubro de 1889”, reduzida à escala 1:5000» [Andrade, 2020, 18].

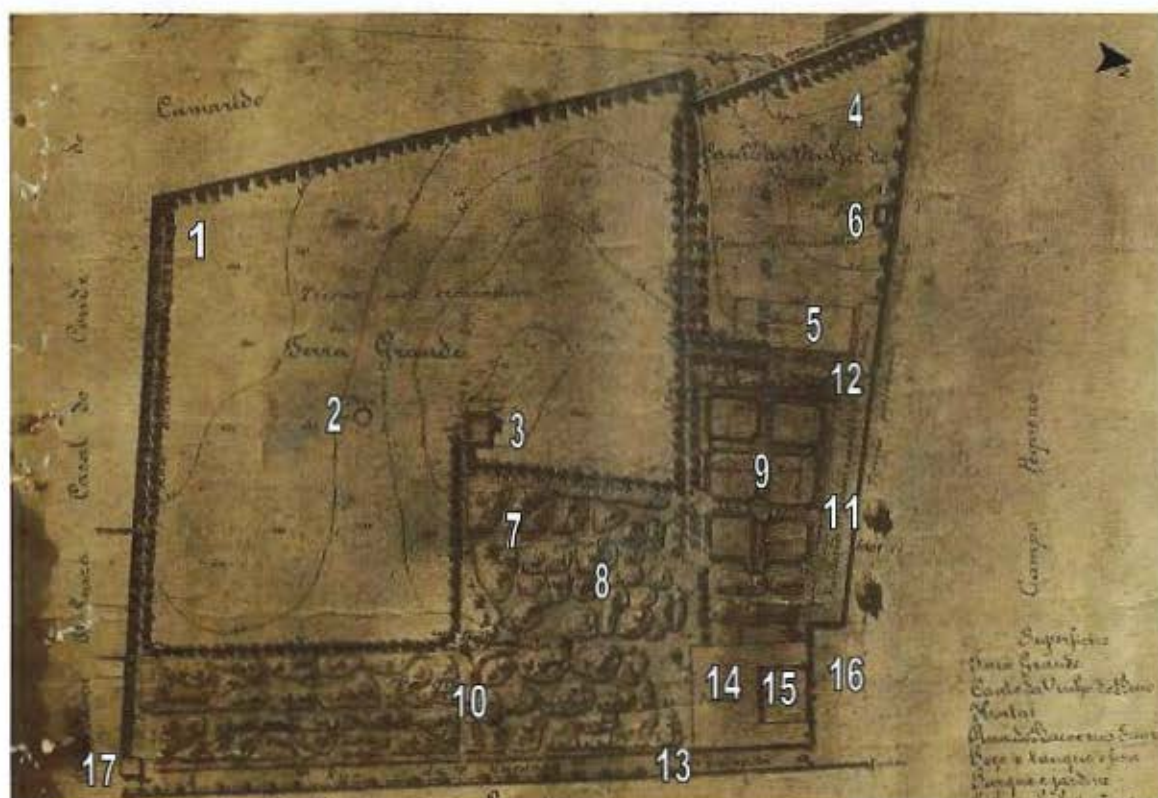


FIGURA 13 – «Planta da Quinta denominada do Conde das Galveias no Campo Pequeno, 1898/12/29, escala 1:1000. Escritura de Licença, 1920/01/17 a 1925/06/23.AML. Livro de Escrituras n.º 136, p. 539» [Andrade, 2020, 29].

LEGENDA:

1 – Terra Grande – Terras de sementeira / 2 – Poço / 3 – Tanque / 4 – Canto da Vinha do Belço / 5 – Horta / 6 – Faval / 7 – Jardim / 8 – Poço Grande / 9 – Jardim de Buxo / 10 – Parque / 11 – Habitações de Pessoal e Instalações / 12 – Adega / 13 – Rua da Varanda / 14 – Palácio / 15 – Pátio / 16 – Terreno Pertencente à Courela / 17 – Pequeno edifício de planta quadrangular²⁶.

²⁶ Maria Inês Andrade coloca a hipótese de este pequeno edifício ser a capela: «Este último tem apenas um piso e é caracterizado por uma cúpula abatida com terminação em lanternim. Apesar deste tipo de cobertura não ser representado

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

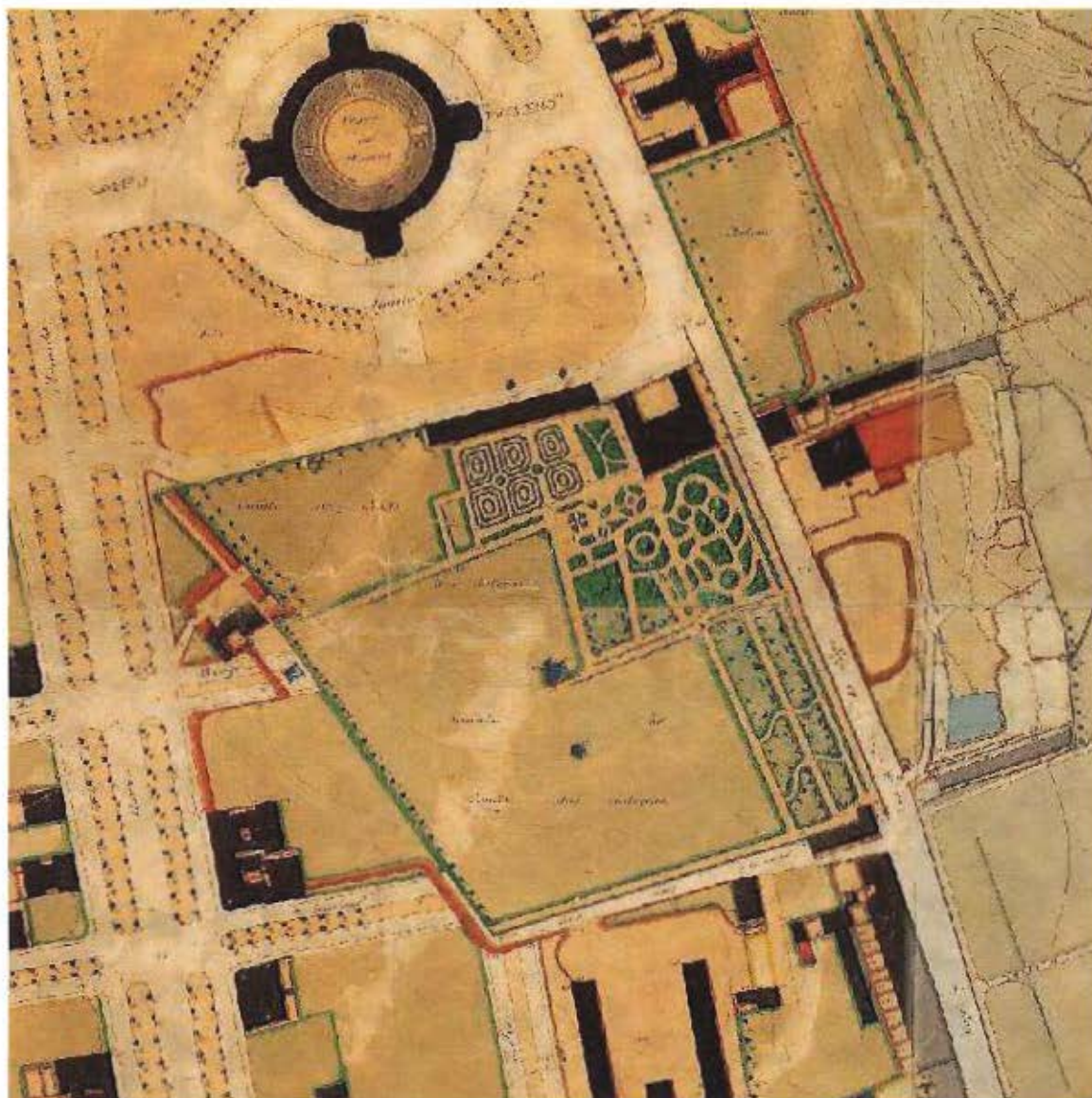


FIGURA 14 – Pormenor do “Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911” sob a direção do Engenheiro Júlio António Vieira da Silva Pinto, em que se vê o Palácio Távora-Galveias e o que então restava da quinta.

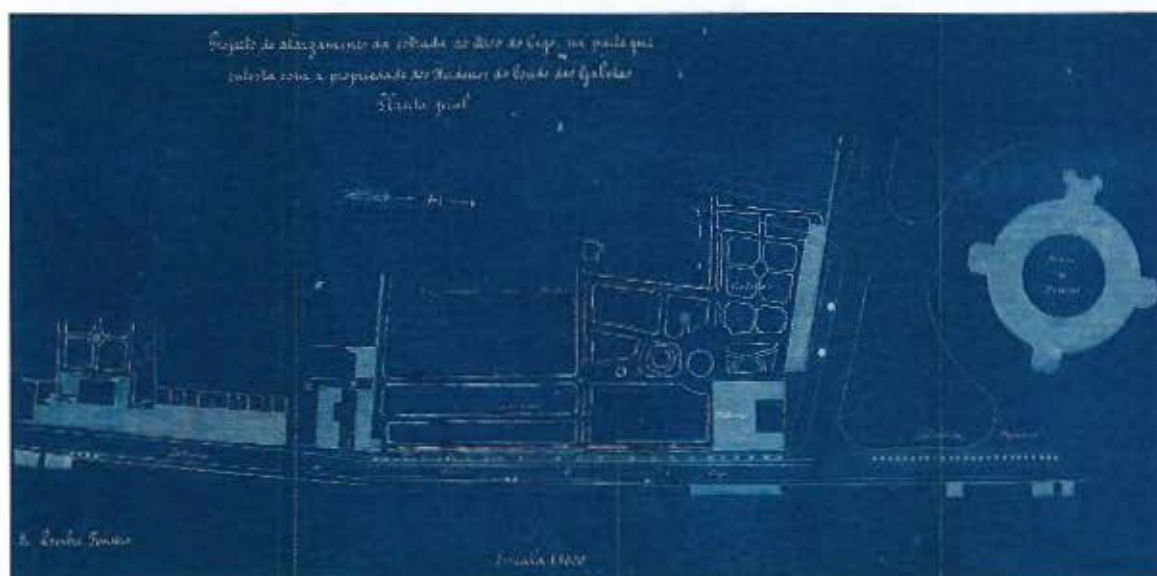
A planta levantada pelo Engenheiro Júlio Silva Pinto, de 1904-1911 (Figura 14), e, especialmente, a planta da Escritura da Licença, de 1920-1925 (Figura 13), permitem-nos entender com bastante precisão como à data se

em qualquer carta, e de em nenhum documento ser referida uma capela dentro da Quinta, não podemos deixar a sua predominante utilização em construções de caráter religioso e a frequência com que famílias nobres incluíam nos projetos das suas propriedades este tipo de edifícios.» [Andrade, 2020, 26]

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

organizava a quinta, nomeadamente em termos de sementeira, parque (mata), jardins (pomar e jardim formal), horta e instalações de apoio²⁷.

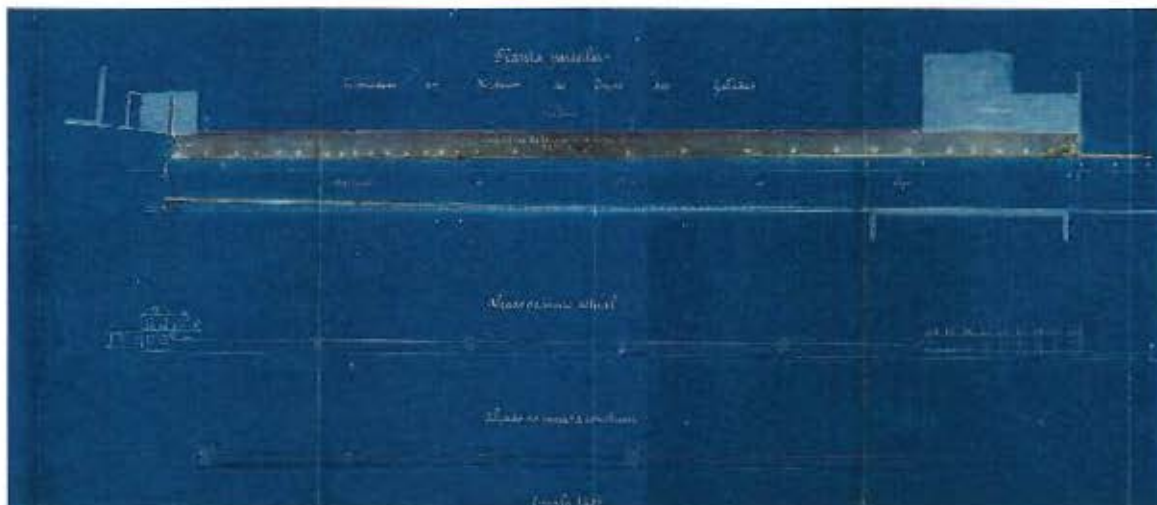
Em 1895, a Câmara decidiu regularizar e alargar a Estrada de Picoas, o que implicou suprimir a estreita faixa de terreno a nascente do palácio, então designada por Rua da Varanda, tendo levado à supressão dos portões laterais no lado nascente (junto à fachada principal e no tardo do da propriedade) e à recolocação do muro na continuidade do palácio²⁸. Deste modo, a fachada nascente, que até aí deitava para um espaço privado, passou a constituir frente urbana, com prejuízo da privacidade / vivência e da sua leitura urbana, por retirar protagonismo à vista frontal e por, definitivamente, transfigurar uma casa de quinta em palácio urbano.



²⁷ «Sabemos que em 1895 (e 1898), o Palácio era ocupado pelos herdeiros do Conde de Galveias e que, nessa altura, a propriedade se encontrava bastante degradada, tornando-se quase aceitável que estas representações tenham sido generosas.» [Andrade, 2021, 30]

²⁸ «Os únicos acessos que se mantiveram até hoje foram o de entrada no pátio do Palácio e aquele que se encontra do seu lado poente. No alinhamento deste último, foi construído um terceiro portão que permite a ligação direta do jardim com a Av. Barbosa du Bocage. Esta obra é realizada no ano de 2008, pela Divisão de Salvaguarda do Património Cultural (DSPC), quando foi necessário intervir na zona sul/sudeste do muro devido ao seu estado de degradação avançado. Reconstruíram-se as fundações em betão e o seu coroamento.» [Andrade, 2020, 27]

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURAS 15 E 16 - «Projecto de alargamento da estrada do Arco do Cego, na parte que entesta com a propriedade dos Herdeiros do Conde das Galveias, 1895, f. 14, AML» [Andrade, Anexo 4].



FIGURA 17 - Pormenor da planta de Lisboa de 1950 que mostra o Palácio Távora-Galveias já com a configuração que possui atualmente [FONTE: CML, Lisboa Interativa].

7.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CASA DA QUINTA / PALÁCIO TÁVORA-GALVEIAS

«Quando o Palácio e o reduzido terreno anexo nas traseiras são adquiridos pela CML, em 1929, dá-se a grande transformação no interior do edifício que corresponde à organização do espaço que se manteve aproximadamente até meados do século XX. Por se desconhecerem as condições em que se encontrava e por,

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

até hoje, não se ter ainda descoberto qualquer referência aos procedimentos tomados nesta data, esta obra vai dar azo a um conjunto de hipóteses não confirmadas sobre o que foi ou não foi feito. (...) Essencialmente, foi no interior que ocorreu a maioria das intervenções, pelo menos aquelas que mais o transformaram. O piso térreo ficou reservado à Biblioteca, enquanto o Museu ocupou o piso nobre. O Arquivo deveria ter lugar no segundo andar da ala poente. (...) Na cobertura foram retiradas todas as chaminés, cuja data de colocação desconhecemos, e dois pequenos volumes cobertos por telhas, localizados entre o corpo central e as alas laterais, que não se sabe a que espaços corresponderiam. Os vãos mais largos, no piso térreo das alas, deixam de ter portas de madeira, são transformados em janelas rasgadas até ao pavimento interior e a sua dimensão é uniformizada. O brasão no topo do portal, que deverá ter caído ou ter sido retirado quando o Palácio esteve abandonado, é substituído pelo da cidade de Lisboa.» [Andrade, 2021, 46]



FIGURA 18 - Palácio Távora-Galveias, por volta de 1915. Fotografia de José Artur Bárcia [Fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/>].



FIGURA 19 - Palácio Távora Galveias, 1929-1930. Fotografia de autor não identificado [Fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/>].

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURA 20 – Palácio Távora-Galveias, vista do jardim a partir do terraço do palácio, por volta de 1939. Fotografia de Eduardo Portugal [<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/>]. Verifica-se que desapareceu o desenho de inspiração romântica para dar origem a uma interpretação novecentista de um jardim clássico.



FIGURAS 21 E 22 – Salão Nobre (por ocasião da Exposição Comemorativa do primeiro centenário de nascimento de Anselmo Braancamp Freire) e Sala das Colunas, em 1949. Fotografias de Mário Novais [FONTE: Biblioteca de Arte, Fundação Calouste Gulbenkian].



FIGURAS 23 E 24 – Palácio Galveias. Exposição da Coleção Garrettiana de Ferreira de Lima, em 1954. Fotografias de Mário Novais [FONTE: Biblioteca de Arte, Fundação Calouste Gulbenkian].



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

7.3. PROJETO DE REABILITAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL CENTRAL

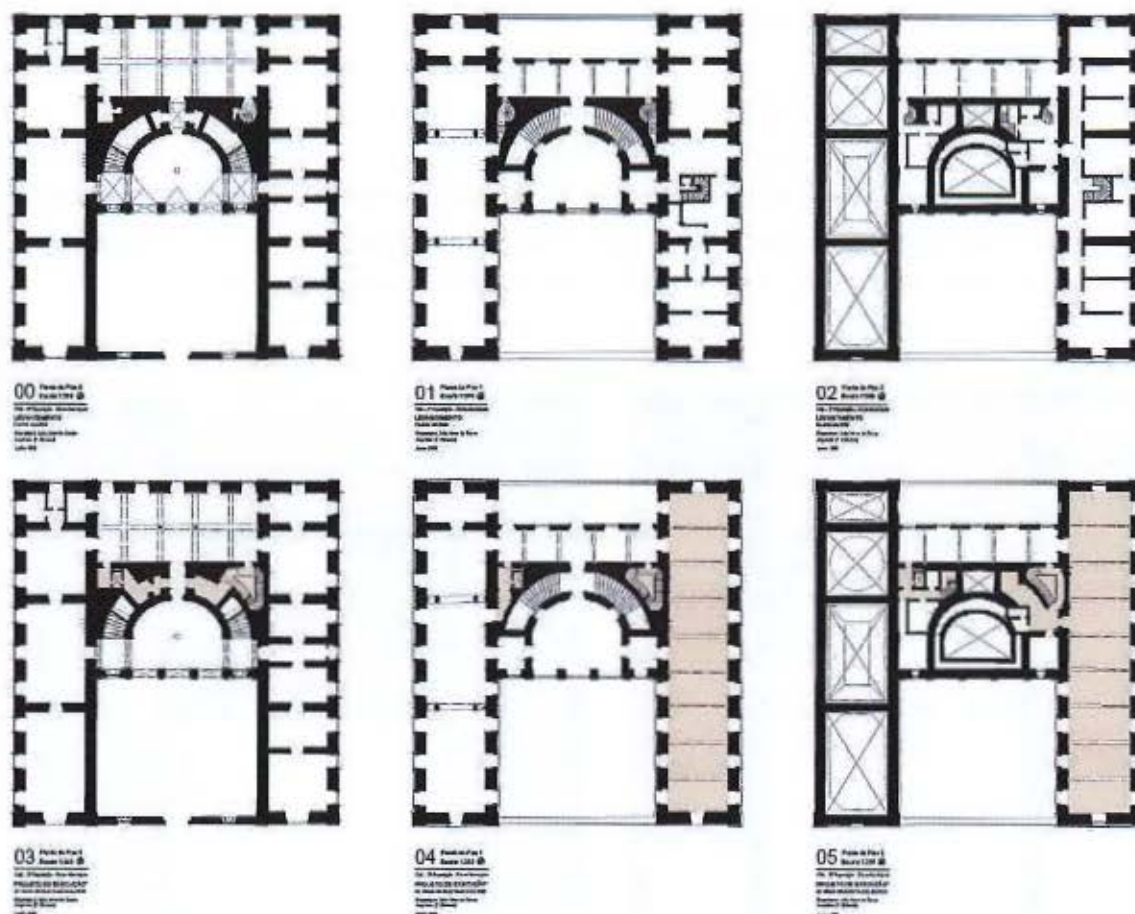


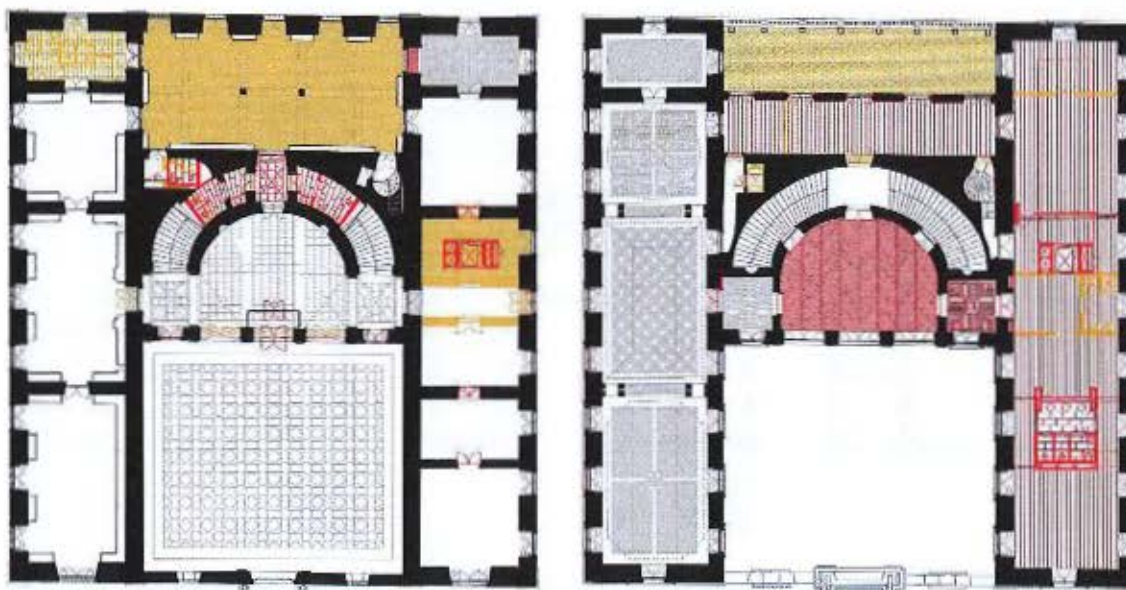
FIGURA 25 – ‘Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveias’. Plantas dos pisos 0, 1 e 2. Levantamentos de 1957 e 2013, Escritório JLLA, com indicação das áreas a intervir (a castanho) [Andrade, 2020, Anexo 11].

Depois das intervenções de 1929, de 1949 (Arquiteto Vasco Regaleira) e de 1957, o palácio, enquanto biblioteca, recebeu uma quarta grande campanha de obras em 2013, com o intuito de o transformar num equipamento central que respondesse às necessidades de uma população de utilizadores mais significativa, no caso duas UOPG (à época estimadas em 90.000 habitantes), para o que se realizaram obras de requalificação, cujo projeto foi alvo de um concurso por convites a dez gabinetes de arquitetura.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

O programa preliminar²⁹ previa as seguintes ações:

- Ampliação da área destinada à biblioteca [pisos 0 e 1];
- Reabilitação do Palácio [conservação e requalificação da cobertura³⁰ com aproveitamento da área de sótão, reparação das caixilharias e serralharias, novos pavimentos (à exceção do átrio) em micro cimento (piso 0) e madeira (piso 1), colocação de tetos falsos, etc.];
- Automatização dos sistemas de referência, consulta e pesquisa;
- Otimização dos sistemas de comunicação, circulação e infraestruturas [introdução de monta-cargas / elevador, reformulação das Instalações Sanitárias, reforço estrutural da ala poente de modo a receber o depósito de livros no piso 2, instalação de AVAC³¹ / climatização / tratamento de ar, etc.];
- Otimização dos sistemas de segurança [incêndios].



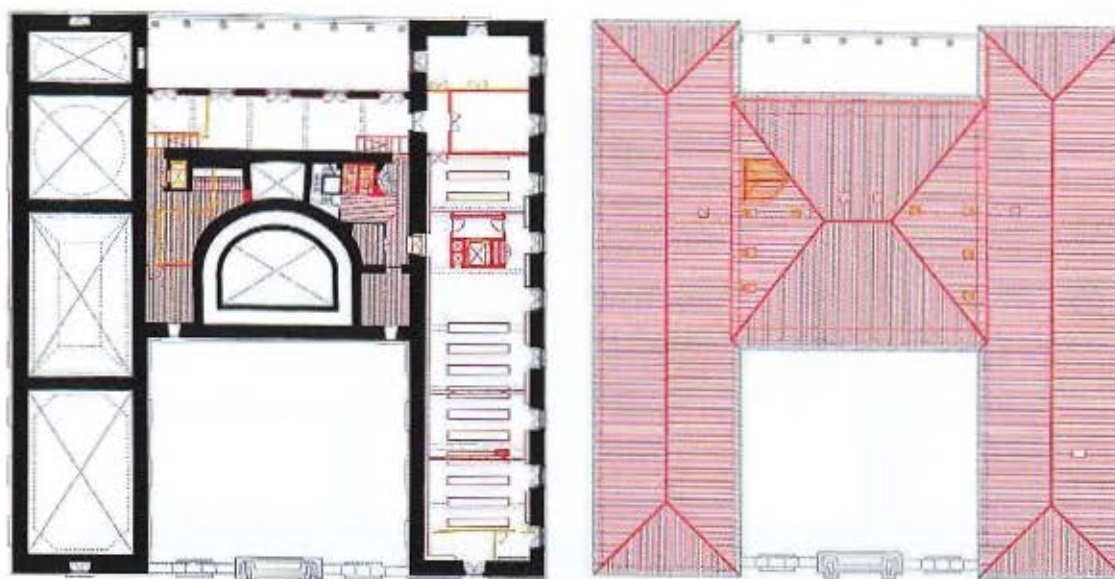
FIGURAS 26 E 27 – ‘Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveias’, Plantas dos pisos 0 e 1. Alterações (amarelos e encarnados). Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, Anexo 14].

²⁹ ‘Programa Preliminar para a Reabilitação, Beneficiação e Reorganização Funcional da Biblioteca Municipal Central’ – Palácio Galveias, de 2011.

³⁰ «Substituiu-se a totalidade das coberturas do corpo central e da ala poente, por estarem já muito danificadas. (...) O telhado da ala nascente foi desmontado, mas procedeu-se à sua reconstrução com o material recuperado. A volumetria das coberturas manteve-se igual após estas terem sido reconstruídas.» [Andrade, 2020, 65]

³¹ «O novo sistema AVAC implicou a utilização de espaços próprios para armazenamento de equipamento técnico associado à sua instalação, nomeadamente o corpo construído no jardim, para o qual foi necessário realizar uma escavação, e o que era anteriormente a sala das máquinas do elevador, no sótão.» [Andrade, 2020, 67]

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURAS 28 E 29 - 'Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveas', Plantas dos pisos 2 e cobertura. Alterações (amarelos e encarnados). Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, Anexo 14].

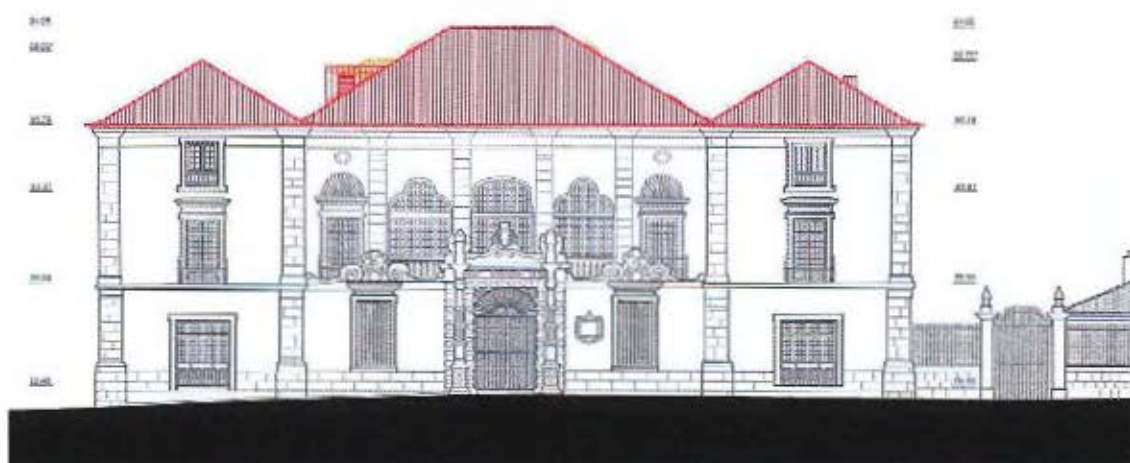


FIGURA 30 - 'Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveas'. Alterações (amarelos e encarnados). Alçado Norte (principal). Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, Anexo 17].

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURA 31 - 'Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveias'. Alterações (amarelos e encarnados).
Corte transversal pelo pátio. Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, Anexo 17].



FIGURA 32 - 'Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveias'. Alterações (amarelos e encarnados).
Corte pelo átrio de entrada. Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, Anexo 17].

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURA 35 - 'Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveias'. Alterações (amarelos e encarnados). Corte longitudinal pela ala nascente. Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, Anexo 17].



FIGURA 36 - 'Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveias'. Alterações (amarelos e encarnados). Corte longitudinal pelo corpo central. Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, Anexo 17].

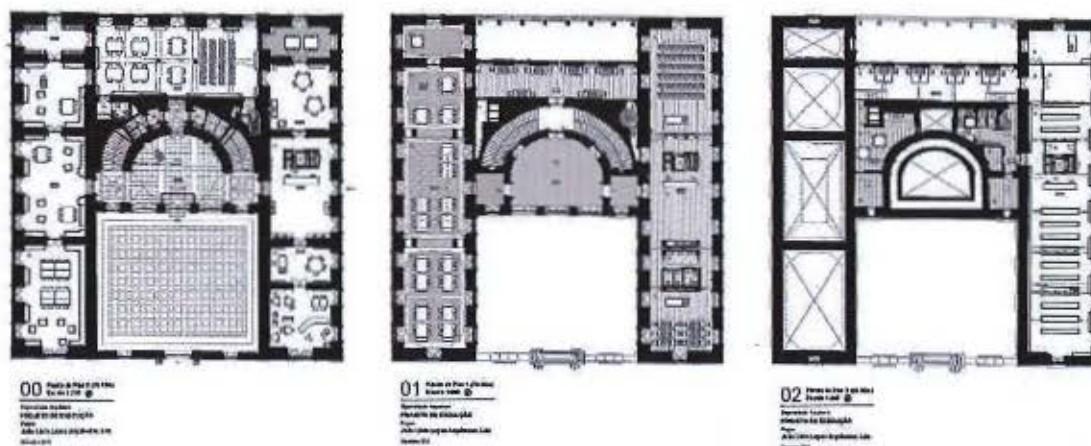


FIGURA 37 - 'Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveias'. Alterações (amarelos e encarnados). Corte longitudinais pela ala poente. Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, Anexo 17].

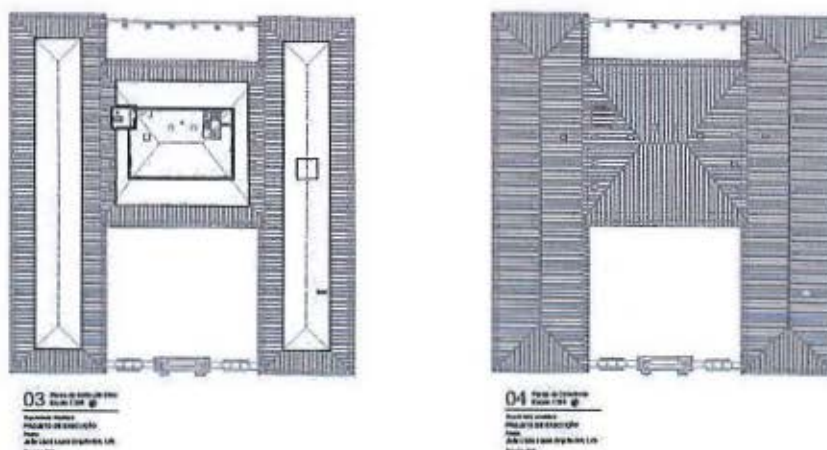
Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



FIGURA 38 - 'Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveias'. Alterações (amarelos e encarnados). Alçado Sul (tardoz). Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, Anexo 17].



FIGURAS 39 A 41 - 'Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveias'. Pisos 0, 1 e 2, com indicação do mobiliário. Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, A14].



FIGURAS 42 A 43 - 'Projeto de Requalificação e Conservação do Edifício do Palácio Galveias'. Desvão da cobertura e cobertura. Escritório JLLA, 2013 [Andrade, 2020, A14].

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

«De entre os dez concorrentes, o júri nomeado para o concurso selecionou como vencedora do projeto de arquitetura a proposta do atelier João Lúcio Lopes Arquitectos, Lda. (JLLA). (...) A intervenção assumiu-se, essencialmente, de conservação e restauro na ala nascente e como uma reformulação da estrutural espacial na ala poente através da introdução de novas soluções. (...) A proposta concentra a sua intervenção em três momentos: restauro, reorganização do programa e reabilitação (quando necessário). Neste último momento, podemos considerar que o projeto se destaca pela forma como interpretou a necessidade de integração de novos equipamentos de impacto elevado na estrutura geral do Palácio (elevador, monta-cargas, I.S., instalações técnicas e sistemas de comunicação). Numa abordagem contemporânea, cria um conceito que resolve um conjunto de dificuldades inerentes à introdução desses equipamentos, minimizando o seu impacto e a sua apropriação dos espaços pré-existent, através da criação de dois núcleos na ala poente que condensam esses mesmos equipamentos e que são posicionados de forma a não entrar em conflito com a massa existente (nunca tocando nas paredes).» [Andrade, 2020, 58]

Maria Inês Andrade, na sua tese, analisa as cinco propostas finalistas e conclui que a proposta vencedora foi uma solução de compromisso entre os valores patrimoniais e o caderno de encargos do concurso, havendo, no entanto, e em seu entender, propostas mais respeitadoras da preexistência (Cândido Chuva Gomes Arquitectos – CCGA e Arquiespaço)³².

O concurso teve como objetivo otimizar o programa biblioteca de acordo com as exigências culturais atuais, em que as bibliotecas passam por um processo de profunda transformação, atendendo a que os livros (e outras fontes impressas), como fonte de investigação, perdem protagonismo face aos novos meios e sistemas de informação. As bibliotecas são hoje, mais do que um local de investigação documental / bibliográfica, em que imperava o silêncio, centros de encontro e partilha de informação, o que exige uma organização espacial mais flexível e informal.

Ainda assim, a proposta vencedora (como em três outras propostas finalistas) assumiu que o depósito / arquivo de publicações deveria ficar no interior do palácio (e não em corpo anexo ou em cave), como forma de não interferir com a imagem exterior do palácio, com o senão de remeter esse programa para o piso dois (ala poente), o que obrigou a reforços estruturais com notória interferência espacial nos vários pisos.

8. A TIPOLOGIA DE PLANTA EM U EM PORTUGAL

«Se grande parte destes edifícios nos impressionam por uma certa falta de regularidade na concepção da planta e também na disposição e composição dos alçados, é sobretudo nas casas de planta em U, que aparecem agora no século XVII, que vamos encontrar uma concepção ordenada e lógica e um rigor até então desconhecido. São elas, como dissemos, a grande contribuição do século XVII no domínio da arquitectura doméstica. Adoptando uma planta de inspiração francesa este tipo de casa vai manter-se ainda durante o século XVIII, mas já em pleno século XVII encontramos alguns exemplos que, pelo rigor da planta, pela sua

³² Ver pp. 67 a 71.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

monumentalidade e pela sua perfeita realização, se podem considerar como das mais importantes em todo o país. Embora não muito numerosas, é fácil encontrar tais residências quer no Norte quer no Sul e, para tanto, bastará, citar a Casa de Vale de Flores, em Braga, e o Palácio Galveias, em Lisboa. Num e noutro caso a planta em U é perfeitamente realizada, sendo do tipo a que chamaremos «fechada», visto serem as alas laterais unidas por um alto muro no qual se abre o portão nobre. Fica deste modo a casa inscrita num grande rectângulo e o espaço entre o muro e o edifício constituindo um pátio, isolando a casa de todo o contacto exterior. Este pátio permitia o acesso das carruagens, e não raro os baixos de uma das alas continham as cavalariças. Muito se caminhara desde as precárias instalações medievais. A partir de agora a casa é um pequeno mundo que contém em si as comodidades que a vida exigia. Por isso, o andar térreo era destinado a serviços indispensáveis, arrecadações, etc., e o primeiro andar – o «andar nobre» – se reserva para a família habitar.»⁴³

«Mais livre de preconceitos, o Palácio das Galveias estabelece, contudo, uma subtil alteração na planta em «U», adaptando-a aos conceitos espaciais meridionais. // De origem francesa a planta em «U» é concebida em função dum observador, aproximando-se perpendicularmente à fachada. Neste percurso o corpo central recorta-se ao fundo num forte efeito cenográfico, estabelecendo-se uma clara continuidade entre o interior e o exterior. // Com um sentido mais crítico e contemplativo do espaço aferido a uma permanência duma tradição helénico-islâmica sem conceito de lógica causal, a planta em «U» é fechada por um muro em pátio interior. A relação entre interior e exterior e a valorização da fachada como um «fácies» são anuladas, recolhendo-se a casa sobre si própria. (...) // Casa e jardim são entendidos ainda no Portugal do séc. XVII como uma comunidade fechada para o exterior, um mundo de significações e vivências culturais hoje na maioria perdidas, mas essenciais para a compreensão desses espaços e do seu significado cultural.»⁴⁴

«É comum ler-se que a tipologia da casa em U tem as suas origens em França. (...) Neste caso [Palácio Távora-Galveias], o avanço acaba por se tornar num prolongamento dando origem a duas alas laterais. Na verdade, a versão portuguesa não se revê na generalizada sumptuosidade da composição francesa onde se torna elementar a inclusão de torreões e de vários volumes que se destacam ligeiramente uns dos outros. Através de uma linguagem classicista simplificada, assume antes a sobriedade da arquitetura doméstica portuguesa, ainda que se destaque da conjuntura pela erudição da sua planta e do pátio.» [Andrade, 2020, 33]

A tipologia palaciana de planta em U sempre exerceu um certo fascínio entre os investigadores⁴⁵ cuja justificação se prende, nomeadamente, pela raridade e erudição que emana da sua regularidade e imponência

⁴³ Carlos de Azevedo [1988 (1969)] – *Solares Portugueses*, Livros Horizonte, pp. 57 – 58.

⁴⁴ Hélder Carita e Homem Cardoso [1983] – *Oriente e Ocidente nos Interiores do Portugal*, Livraria Civilização Editora, pp. 85 – 98.

⁴⁵ Embora também suceda o contrário: «A debilidade cultural da elite portuguesa seiscentista revela-se, porém mais nos grandes palácios cuja pretendida grandeza se manifesta duma maneira inadaptada, por vezes mesmo provinciana. Tentando igualar-se a um padrão arquitectónico cujos conceitos espaciais lhes eram estranhos, palácios como o dos Duques de Aveiro

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

do volume prismático autossuficiente. Efetivamente, basta atentar que o palácio urbano lisboeta é, por norma, somente um grande casarão acantonado nas ruas estreitas, sinuosas e inclinadas da cidade antiga, que apenas se distingue pela sua enorme mole e portal de entrada, por vezes só com portão lateral de serventia a pátio que, frequentemente, acumula as funções cerimoniais e de serviço. Face a este modelo prosaico, as casas / palácios em U, exigiam um local apropriado, por norma plano e de generosas dimensões, pelo que era o modelo adotado nas quintas de recreio de maiores recursos, construídas na periferia das grandes cidades, como era o caso de Lisboa.

9. EXEMPLARES DE TIPOLOGIA EM U [CASA DE QUINTA / PALÁCIO]

Consideramos importante elencar os exemplares mais notáveis das casas de quinta / palácios com planta em U, especialmente na região de Lisboa, de modo a enquadrar o Palácio Távora-Galveias no seio das edificações com tipologia similar e, assim, melhor aferir o seu eventual valor cultural.

Esta tipologia apresenta, no entanto, variantes conceptuais e formais que podem ser alvo de várias interpretações. João Vieira Caldas, por exemplo, define esta tipologia da seguinte forma: «Casa em U. Aqui se agrupam aquelas casas que, tendo configurações gerais, origens e influências muito diversas, se organizam no todo ou em parte em volta de um terreiro, ou pátio, de modo que uma frente e dois braços formem um U regular aberto, ou fechado por muro e portão.» [Caldas, 1999, 245]

Em nosso entender, considera-se que um edifício apresenta a tipologia em U quando o seu alçado principal / público é estruturado a partir de duas alas simétricas que enquadram o corpo central e formam um pátio de acesso, independentemente de este se apresentar aberto (por regra em ambiente rural) ou fechado por muro e/ou gradeamento (por regra em ambiente periurbano ou urbano). Nesta perspetiva de entendimento, deixamos assumidamente de fora esquemas semelhantes que configuram soluções em U mas que correspondem a outras formas conceptuais. Deixam-se alguns exemplos.

1. Edifícios com U invertido, isto é, que viram a fachada com alas ao tardo, por norma ao jardim e/ou à quinta³⁶.
2. Edifícios com corpos / torres em ressaltos nas extremidades da fachada principal³⁷.
3. Edifícios cujo pátio é formado pela Casa / Palácio em posição central e por alas laterais de serviço³⁸.
4. Casas urbanas com pequeno pátio de entrada em posição axial, como acontece na raia alentejana³⁹.

em Azeitão ou o do Calhariz organizam-se num programa formalmente monótono e enfadonho. Toda uma tradição renascentista do desenho de fachada e dignificação do exterior no estudo do equilíbrio dos diferentes volumes, ritmos e escala de vãos e sábia utilização de elementos decorativos mantêm-se ausente nestes palácios.» [Carita e Cardoso, 1983, 85]

³⁶ Por exemplo a Quinta do Cabeço, Moscavide, Loures.

³⁷ Por exemplo a Casa / Palácio da Quinta dos Marqueses do Fronteira, Benfica, Lisboa.

³⁸ Por exemplo a Quinta das Lapas, Monte Redondo, Torres Vedras.

³⁹ Por exemplo o Solar dos Figueiredos, Vila Viçosa.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Exemplos de casas / palácios de tipologia em U:

- **Quinta dos Távora** (Palácio Távora-Galveias), Praça do Campo Pequeno, Lisboa [Meados do século XVII] – Sem classificação.
- **Quinta do Calhariz**, Calhariz, Sesimbra [Final do século XVII, início do século XVIII] – Sem classificação.
- **Quinta do Candeeiro**, Moscavide, Loures [Início do século XVIII – Muito alterada] – Sem classificação.
- **Quinta do Cabeço**, Moscavide, Loures [Primeira metade do século XVIII – Muito alterada] Tipologia de U invertido, virado ao tardoz – Sem classificação.
- **Quinta do Correio-Mor**, Loures [Primeira metade do século XVIII – Alterado no interior] – **Classificada como IIP**, Decreto n.º 47508, DG, I Série, n.º 20, de 24-01-1967.
- **Paço dos Duques de Aveiro**, em Vila Nogueira de Azeitão [Segunda metade do século XVI e século XVII] – **Classificado como IIP**, Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29 de setembro.
- **Casa de Vale Flores**, Braga – **Classificada como IIP**, Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29 de setembro.
- **Solar de Mateus**, Vila Real [Primeira metade do século XVIII] – **Classificado como MN**, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 de junho.

No que respeita aos exemplos citados, verifica-se que a Quinta do Calhariz merece ser estudada tendo em vista a eventual abertura de um procedimento de classificação.

10. REFERÊNCIAS AO PALÁCIO TÁVORA-GALVEIAS [VALOR E AUTORIA]⁴⁰

PINHO LEAL [1874]

«É uma das melhores residências dos arrabaldes de Lisboa, tanto pela beleza da sua situação, como pelo nobre e grandioso palácio, construído no século XVIII, e pelos jardins e bosques da quinta, ricos de árvores exóticas. Infelizmente esta quinta está muito despresada, não obstante servir de habitação permanente aos seus proprietários.»⁴¹

RAÚL PROENÇA [1924]

«A Avenida da República e a R. do Arco do Cego enquadram dos dois lados ocidental e oriental o *largo de Afonso Pena*, onde se nota, esquinando para a R. do Arco do Cego, o palácio dos condes das Galveias, hoje fechado e abandonado, com vasta quinta anexa. [É hoje do património da cidade e nele está instalada a principal biblioteca do Município, com alguns valores de arte]. O palácio, que data do século XVIII, é uma nobre edificação, sendo o largo portão encimado pelo escudo de armas dos Melos e Castros.»⁴²

⁴⁰ Sublinhados nossos.

⁴¹ Pinho Leal [1874] – *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. II. Lisboa: Mattos Moreira, p. 73.

⁴² Raúl Proença [1924] – *Guia de Portugal – Lisboa e arredores*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, p. 447.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

CARLOS AZEVEDO [1969]

«Quanto ao Palácio Galveias, trata-se de residência um tanto anterior [a 1687], talvez ainda da primeira metade do século, como parece poder-se concluir pela observação de certos elementos. Não só o magnífico portão, um dos mais nobres e belos exemplos de todo o país, é ainda do tipo clássico, como também as janelas do pátio apresentam como remate não um vulgar frontão, mas um motivo renascentista sob forma duma grande concha estilizada. (...) Uma das mais notáveis casas nobres do século XVII, o Palácio Galveias – ao que parece construído em meados do século XVII por um dos membros da família Távora – é um dos melhores exemplos da casa nobre portuguesa que adopta a planta em U e que se impõe pelo rigor do seu traçado, pela sua perfeita simetria, pela curiosa fenestração do pátio – solução adoptada logo no início do século – e até pelo magnífico portão heráldico, de tipo manirista, um dos mais ricos da época. As obras e beneficiações que sofreu em 1929 e 1931 e posteriormente, se lhe alteraram profundamente o carácter do interior – exceptuando o átrio –, respeitaram as linhas exteriores e, à parte o interesse que revela a sua planta, é pelo exterior que deve ser apreciado. De notar que a planta em U resulta fechada pela adopção do muro onde se encontra o portão. Essa solução – com pátio fechado – foi muito procurada durante o século XVII e depressa se generalizou a todo o país. No Palácio Galveias as janelas de sacada do pátio ostentam curiosos frontões semicirculares, concheados, de tipo renascentista, e que aparecem também na arquitectura religiosa nos princípios do século XVII.»⁴³

GEORGE KUBLER [1972/1988]

«Outra casa citadina do séc. XVII é o actual Museu Municipal no Campo Pequeno (anteriormente dos Condes de Galveias). Alas projectadas formam um pátio de armas murado até à rua como nas *Hôtels Particuliers* franceses da época.»⁴⁴

JOÃO VIEIRA CALDAS [1988/1999]

«De qualquer modo é ao século XVII que se atribui a introdução em Portugal dessa forma considerada inovadora. Um dos exemplos sempre apontados, na região de Lisboa, é a Quinta dos Távoras / Galveias, no Campo Pequeno, na altura uma casa de campo. Curiosamente esta casa poderia considerar-se, com igual propriedade, uma adaptação regional de algumas “villa” quinhentistas italianas. O esquema de “villa” renascentista já referido a propósito do tipo 2⁴⁵, na sua versão de dois corpos avançados, deu origem na própria Itália a variantes sobretudo em largura mas também em profundidade. Entre estas está a Villa di Tobia

⁴³ Carlos de Azevedo [1969] – *Solares Portugueses – Introdução ao estudo da casa nobre*, p. 143.

⁴⁴ George Kubler [1972/1988] – *A Arquitectura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*. Lisboa: Vega, p. 168.

⁴⁵ «A frente com duas torres flanqueando uma loggia constitui o tipo base das “villas” renascentistas em várias regiões de Itália algumas tão diferentes como as de Veneza e Roma.» [Caldas, 1988, 123]

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Pallavicino, chamada "Delle Peschiere" próxima de Génova. Mostra esta casa de campo, numa visão longínqua, o mesmo ar compacto do Palácio Galveias embora seja menos alongada tanto globalmente como no que respeita aos braços do U. Na fachada oposta à da reentrância tem uma "loggia" que se traduziria no terraço posterior, entre dois corpos, da Quinta dos Távora.

De resto quase todo o tratamento superficial é caracteristicamente português e até o telhado está dividido em três secções independentes: uma para o corpo central e uma para cada ala lateral. O próprio encerramento do pátio, que em nada se assemelha a toda a abertura sobre o jardim na Villa Pallavicino, poderia dar simplesmente continuidade ao habitual encerramento dos pátios portugueses.» [Caldas, 1988, 126]

MARIETA DÁ MESQUITA [2007]

«No panorama da arquitectura da nobreza de corte do período em apreço vários são os exemplos de edifícios residenciais em que a *escadaria de aparato* reflecte preocupações de natureza formal, estética e de representação. Devem, porém, destacar-se dois edifícios seiscentistas que integravam quintas de recreio sedeadas no termo da cidade: o Palácio Távora e o Palácio Fronteira. Estas residências com funções predominantemente lúdicas foram mandadas construir por altos dignatários da nobreza titulada e reflectem nos seus programas o perfil dos encomendadores.

Apesar de estar por confirmar a autoria e a cronologia exacta de cada um dos edifícios, é manifesta a sua filiação em modelos eruditos italianos e franceses. Esta herança é particularmente legível na valorização estética e cenográfica do *piano nobile*. As *escadarias de aparato* adquirem, neste contexto, uma importância capital, assumindo-se como percurso obrigatório de acesso ao piso de recepção e representação.»⁴⁶

TERESA COELHO [2014]

«Quanto à arquitectura civil, segura é a sua traça [de João Nunes Tinoco] nas casas nobres de António Cavide em Chelas (1654), numas casas na quinta entre Vale Cavalinho e Vale Escuro em Lisboa e no Poço Borratém (1655), sendo-lhe atribuídas também, por outros autores, as traças dos palácios dos Marqueses de Fronteira, Palhavã e Galveias, bem como a Quinta do Calhariz de Sesimbra, projectos que carecem ainda de documentação comprovativa. (...) A par dos documentos referenciados por Ayres de Carvalho, não existem outras provas que atestem a autoria de João Nunes Tinoco nos muitos palácios que lhe têm sido atribuídos – Palácio Palhavã e Palácio Fronteira, que foram já objecto de pormenorizadas monografias, o palácio hoje conhecido por Távora-Galveias dos Duques de Aveiro, bem como a Quinta do Calhariz em Sesimbra, e no Paço Real da Ribeira. Datando quase todos do último quartel do século XVII, têm em comum o fato de não serem, na realidade, verdadeiros palácios urbanos, mas sim *quintas de recreio* situadas na periferia o que, libertando-as das condicionantes da já citada apertada malha urbana, permitiu uma liberdade de projecto que, aliada às influências que então se faziam sentir, se traduziu em projetos de elevada qualidade estética. (...) Quanto ao

⁴⁶ Marieta Dá Mesquita [2007] - «Cenografia e teatralidade - uma leitura de *escadarias* na arquitectura residencial barroca de Lisboa», *Lisboa Barroca e o Barroco de Lisboa, Colóquio de História da Arte*, Lisboa: Livros Horizonte, p. 43.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Palácio Távora-Galveias, parece-nos pouco provável que se possa atribuir a João Nunes Tinoco a autoria do seu projeto. Mandado construir por um elemento da família dos Duques de Aveiro, a atribulada história de como este título foi conservado no seio da mesma, poderá ajudar-nos a datar a sua construção. Após várias pretensões ao título, D. Maria de Guadalupe de Lencastre, irmã do 4º Duque, depois de requisitar o seu direito de sucessão na Casa de Aveiro, viu a sua pretensão satisfeita em 1679. Residência de campo, inserida numa vasta área hoje desaparecida, pelas características que apresenta tudo indica que a construção do Palácio date da segunda metade do século XVII ou, caso existisse já uma construção anterior, seja deste período grande parte da volumetria maior do que hoje dele podemos observar. A confirmar-se esta datação só pode tratar-se de uma construção empreendida por D. Pedro de Lencastre ou probabilidade que nos parece mais plausível, de iniciativa da 6ª Duquesa, D. Maria de Guadalupe, quando esta decide vir viver para Portugal. Aceitando esta última hipótese, estaríamos perante uma construção que deverá datar do último quartel do século XVII, em pleno reinado de D. Pedro II, período em que para além de João Nunes Tinoco, muitas outras figuras se afirmavam também como elementos importantes na nossa arquitectura.»⁴⁷

⁴⁷ Teresa Maria da Trindade de Campos Coelho [2014] - *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*, Tese de Doutoramento em História da Arte, vol. II, p. 314.

SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

11. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO [2023]



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 228 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



PATRIMÔNIO CULTURAL

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



**PATRIMÔNIO
CULTURAL**

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT T. +351 226 000 454
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

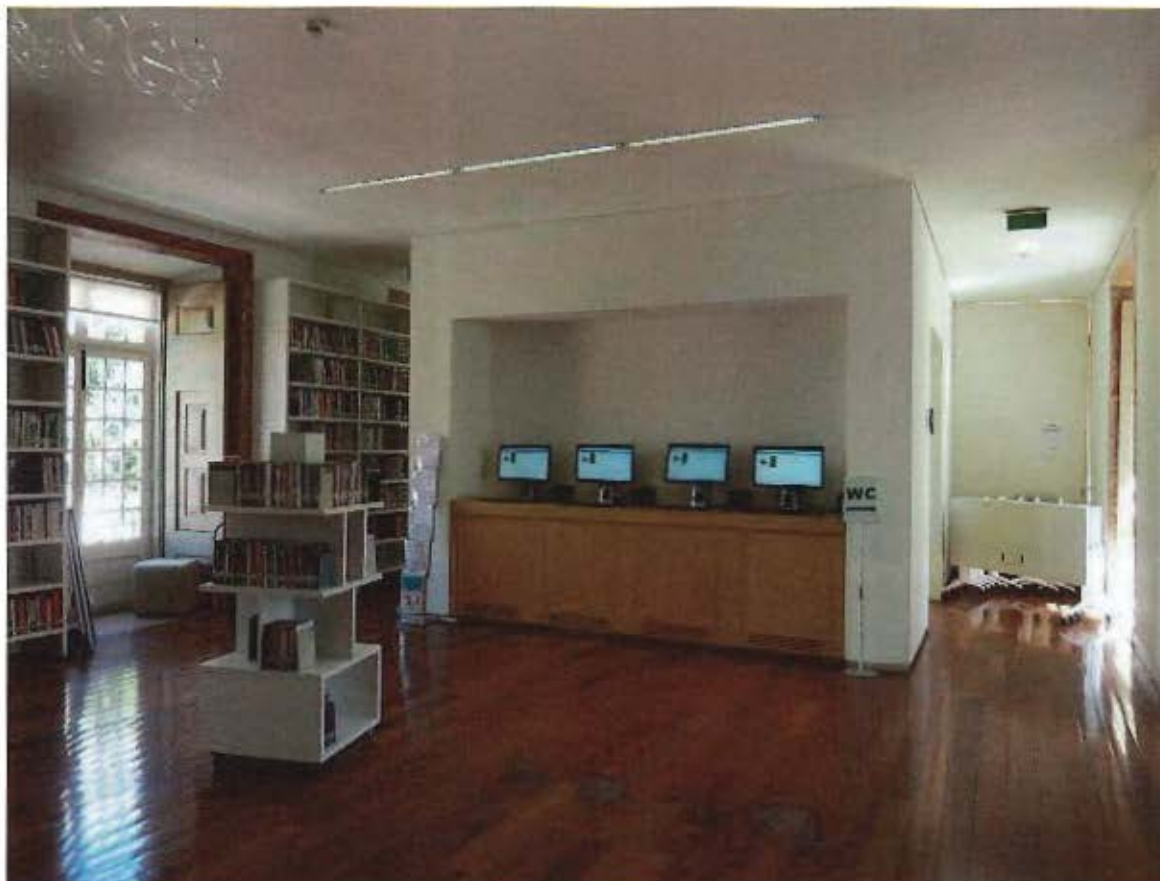
GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

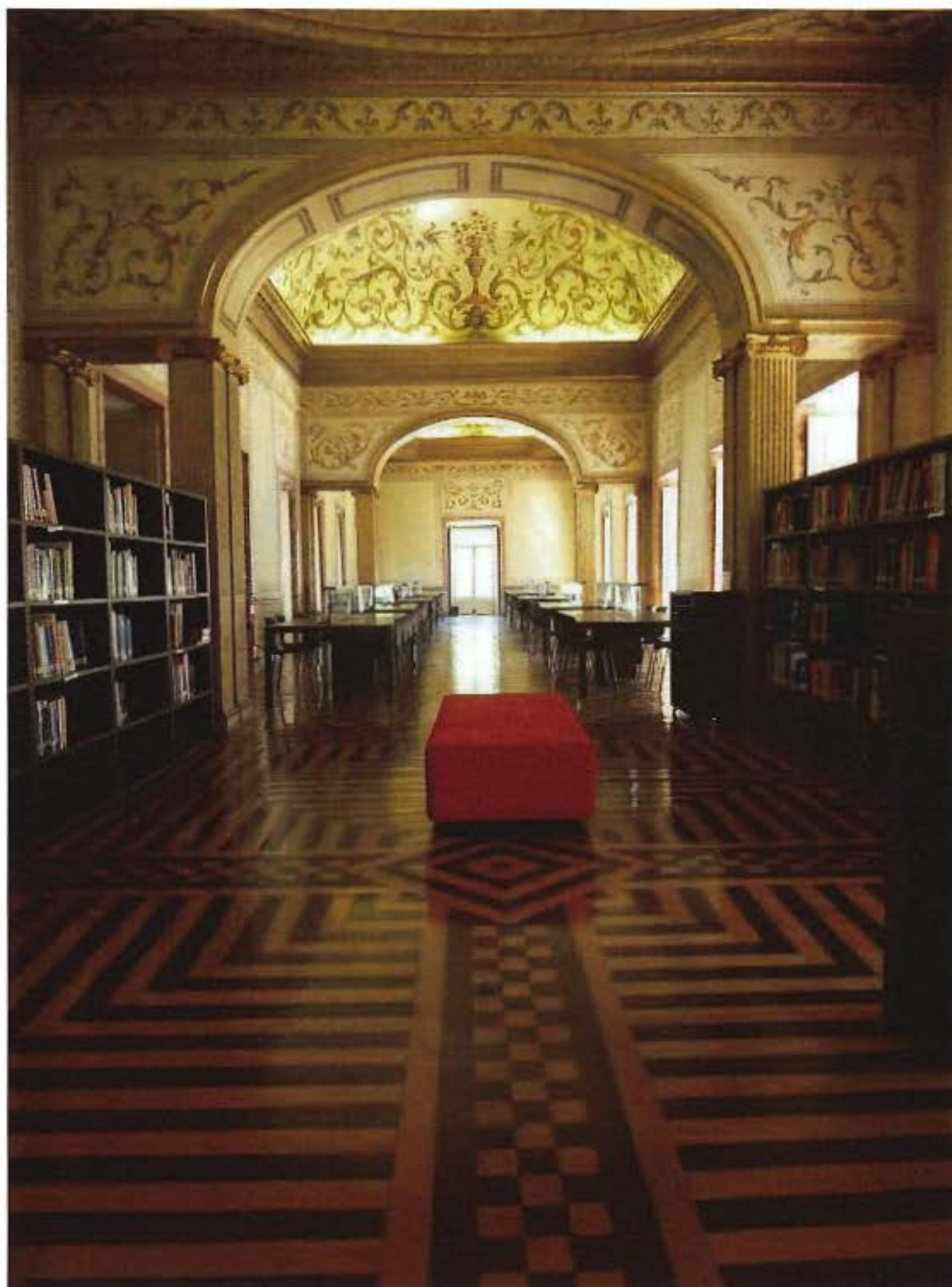
PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



**PATRIMÔNIO
CULTURAL**

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



**PATRIMÔNIO
CULTURAL**

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



**PATRIMÔNIO
CULTURAL**

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



**PATRIMÔNIO
CULTURAL**

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

11. PALÁCIO TÁVORA-GALVEIAS: VALORAÇÃO CRÍTICA

Este edifício surpreende, desde o primeiro olhar, pela regularidade, simetria e carácter axial da sua mole grave e altiva. Características que mais se evidenciam por se tratar de um edifício isolado, com a fachada pública organizada através de cenográfica planta em U, com duas alas salientes em torno de um pátio de entrada, ao qual se acede através de um monumental portal que era, originalmente, enquadrado, a um e outro lado, por dois portões laterais de acesso à quinta. E quando percebemos que se trata, afinal, de uma antiga casa de campo seiscentista que, até chegar aos nossos dias, passou por inúmeras vicissitudes (que em muito a alteraram ao nível do seu interior), mais surpreendidos ficamos com aquilo que nos é dado a contemplar. Isto é, a sua imagem de perenidade e rigor (onde apenas parecem faltar as chaminés) não coincide com a da generalidade dos palácios de Lisboa, pois é norma estes apresentarem-se incompletos, alterados ou imersos na malha urbana, fruto das múltiplas ocorrências e do *modus operandi* característico deste país e suas gentes. No caso do Palácio Távora-Galveias, desconhece-se o seu autor, pois, tanto quanto se sabe, não nos chegaram registos escritos. Nestas circunstâncias, cruzando a erudição da composição, a época de construção e a importância dos proprietários originais, os investigadores atrevem-se a colocar hipóteses, quer da sua autoria, quer da sua filiação conceptual, por via da análise comparada com obras construídas ou escritas, por norma italianas ou francesas. Independentemente da sua origem e filiação, é para nós evidente que se trata de uma obra característica da tradição construtiva portuguesa que podemos designar, à falta de um termo mais apropriado e parafraseando George Kubler, de *arquitetura chã*, que prima, segundo este autor, pela «clareza, ordem, proporção e simplicidade»⁴⁸.

Esta estética (ou feição) arquitetónica foi tradicionalmente considerada menor pela época em que surgiu (século XVII), pelas circunstâncias político-religiosas que a enquadraram (Monarquia Filipina e Dinastia Bragantina) e pelas suas características estéticas e técnicas (concebidas segundo esquemas espaciais simples e volumetrias despojadas)⁴⁹. Hoje, como Sociedade, possuímos um olhar plural e, como não podia deixar de

⁴⁸ George Kubler [1972 (1988)] – *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e as Diamantes 1521-1706*, Lisboa: Vega, p. 5.

⁴⁹ O século XVII foi tradicionalmente considerado, a nível internacional, como um século de crises, especialmente desde que o historiador Eric Hobsbawm assim o interpretou, nos anos 50 do século XX. Em Portugal, esta visão assumiu proporções ainda mais dramáticas, mormente pelo desastre de Alcácer Quibir, conseqüente Monarquia Dualista Filipina e posterior subida ao trono da Dinastia Bragantina, apelidada por muitos de tradicionalista, conservadora e, mesmo, retrógrada. Sobre este aspeto bastará atentar na maioria dos intelectuais portugueses ativos na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, com teses como o *Seiscentismo*. Este cenário civilizacional teve especial reflexo no mundo da história da arte e, particularmente, na arquitetura. Efetivamente, até aos estudos de historiadores como Mário Chicó, Jorge Henriques Pais da Silva e, muito especialmente, do norte americano George Kubler, que se especializou na história da arquitetura ibero-americana, o lapso temporal que vai de meados do século XVI ao início do século XVIII era subvalorizado ou, simplesmente, ignorado. Se até ao século XIX a história da arte portuguesa culminava no Renascimento, abrangendo mais tarde o período Barroco, ainda que desvalorizado por muitos, só a partir dos anos 60 do século XX esta arquitetura sóbria e despojada, designada por comodidade de maneirista, começou a ser alvo de verdadeira atenção e, por

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

ser, a História da arte (em sentido lato) acompanha essa leitura. Todas as épocas artísticas têm a sua especificidade e interesse, pois são resultado das sociedades que as originaram. No entanto, a *arquitetura chã* é hoje considerada como um dos períodos mais interessantes da nossa arquitetura (apesar das suas limitações conceptuais em termos espaciais), nomeadamente por ser um dos raros períodos em que afirmámos a nossa autonomia e independência face às influências estéticas estrangeiras.

12. CONCLUSÃO

Em síntese, no que respeita ao Palácio Távora-Galveias procurámos explanar as suas características técnicas e artísticas, bem como as vicissitudes históricas que marcaram o seu percurso até aos nossos dias, de modo a sintetizar os prós e os contras no momento de decidir da pertinência da abertura (ou arquivamento) do procedimento de classificação, tendo em vista uma graduação nacional (IP / MN).

A FAVOR DO ENCERRAMENTO DO PROCEDIMENTO

- Por se tratar, na origem, de uma quinta de recreio, da qual hoje apenas subsiste a casa – convertida em palácio urbano – e uma pequena parcela a tardoz, com uma conceção contemporânea⁹⁰.
- Pelo facto da sua organização espacial interna já não corresponder à função residencial de origem.
- Pelo facto de uma parte significativa dos seus materiais de acabamento atuais (pinturas, azulejaria e pavimentos em madeira) não corresponderem aos originais.
- Por nada subsistir do seu património móvel.

A FAVOR DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO

- O edifício não possui qualquer classificação.
- A arquitetura residencial e, no seio desta, as quintas de recreio e os palácios urbanos são tipologias a que as instituições públicas de âmbito cultural, não têm prestado a devida importância, nomeadamente pelo ato da classificação.
- A importância de a encomenda ser oriunda de uma das mais ilustres Casas nobiliárquicas portuguesas: A Casa de Távora.
- Pela erudição do edifício, que concilia os princípios clássicos de composição e o *modus operandi* específico da arquitetura portuguesa da época, designado tradicionalmente por *arquitetura chã*.

consequência, apreciada. E desde então beneficiou com os "ventos do tempo", em que a sensibilidade estética caminhou no sentido da sobriedade e do purismo, pese embora alguns percalços, como o fenómeno pós-moderno dos anos 70 e 80 do século XX, para ser progressivamente mais e mais apreciada.

⁹⁰ Nesta desvalorização haverá que acrescentar a gestão urbana da envolvente do palácio nas últimas décadas, com a construção de edifícios na sua envolvente imediata, com volumetrias desajustadas e morfologias datadas, e a construção do túnel rodoviário da Avenida João XXI, com a boca de acesso a escassos metros da fachada principal do palácio, o que evidencia a desatenção e o descuidado da autoridade municipal.

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

- Por se tratar de um edifício residencial de planta em U, tipologia rara e de que é um dos exemplares de maior erudição que chegaram aos nossos dias, pela sua organização interna (caráter axial – disposição simétrica em planta, pátio formal de acesso, escadaria de aparato de lances opostos e disposição sequencial das salas).
- Concorde-se, ou não, com a metodologia das diversas campanhas de obras a que o palácio foi sujeito desde os anos 30 do século XX, certo é que foram estas ações que o resgataram do estado de abandono e ruína a que esteve votado durante décadas, convertendo-o, desde então, num ícone urbano.
- Os programas culturais que o palácio alberga desde os anos 30 do século XX, nomeadamente como Biblioteca Central Municipal desde 2017, é uma mais-valia para a sociedade e uma garantia da sua preservação.

Como se depreende de tudo o que se referiu, a decisão de propor a abertura do procedimento de classificação, ou não, do Palácio Távora-Galveias não se afigura evidente, uma vez que há razões importantes nos dois sentidos. Havendo, no entanto, que propôr superiormente um sentido de decisão, propomos a abertura do procedimento de classificação porque apesar das desventuras a que o palácio foi sujeito ao longo da sua existência, pela incúria e ignorância humanas, as sucessivas e abnegadas ações na sua requalificação, de há cem anos a esta parte, merecem a nossa gratidão e reconhecimento.

13. PROPOSTA DE DECISÃO

Face ao exposto, e tendo em consideração os critérios genéricos de apreciação que constam do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, para a classificação de bens culturais, bem como os valores que o interesse cultural relevante que um bem deve necessariamente refletir, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, tendo em conta o universo patrimonial nacional, nomeadamente os bens culturais com a mesma tipologia e cronologia, consideramos que o Palácio Távora-Galveias, reflete os seguintes critérios: e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística e h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica.

Assim, no âmbito da proteção do património cultural, e atendendo ao valor de civilização e cultura acima reconhecidos, propomos **a abertura do procedimento de classificação do Palácio Távora-Galveias e respetivo jardim**, na Praça do Campo Pequeno, na Rua Arco do Cego e na Avenida Barbosa du Bocage, em Lisboa, freguesia das Avenidas Novas, concelho e distrito de Lisboa, conforme planta em anexo.

À Consideração Superior,


Paulo Duarte, Técnico Superior


Palácio Távora-Galveias e respetivo jardim

Lisboa

Freguesia das Avenidas Novas

Concelho de Lisboa

 Proposta de delimitação do imóvel a classificar (em estudo)

 Zona geral de proteção (ZGP) a criar

